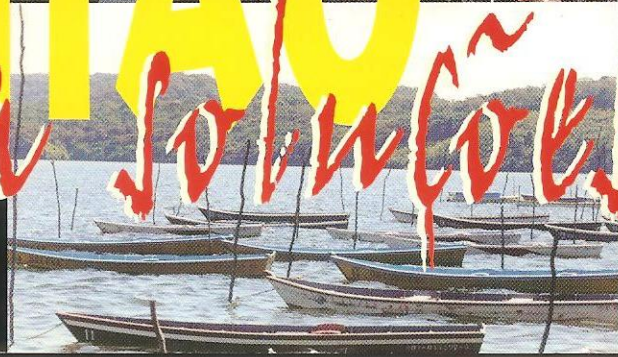


# A REGIÃO

*Encontra soluções*



# Câmara do ABC

## articulando o crescimento da Região

É sábia a afirmação de que união traz força. Quanto mais pessoas envolvidas com um objetivo comum, mais rápido ele será alcançado. Este pensamento predominantemente familiar pode ser estendido para outros setores. Um time de futebol no qual as metas coletivas determinam as funções de cada atleta dentro de campo será forte diante de outro em que as realizações pessoais ditarem o posicionamento; assim como uma orquestra depende da dedicação de cada músico para atingir um bom entrosamento e soar com perfeição.

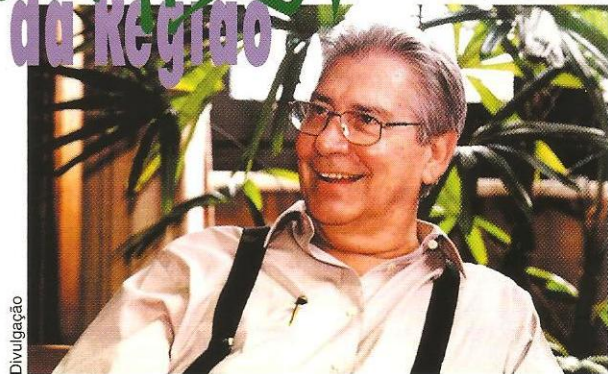
Da mesma maneira funciona a administração pública. A soma de forças entre os administradores dos mais diversos setores e destes com a população permite que idéias e ações sejam compartilhadas, fortalecendo governo e sociedade. Esta postura possibilita um bom planejamento das atividades governamentais, evitando desperdícios e atendendo com agilidade às necessidades do maior número de pessoas possível.

Criada há três anos, a Câmara do Grande ABC tem esta nobre função dentro do Estado de São Paulo, formulando e articulando ações que visam o desenvolvimento econômico e social de toda região do ABC. Independente de partido ou ideologia política, a Câmara apresenta um conjunto de idéias extremamente debatidas, além de boa vontade para resolver seus problemas, graças à união de suas lideranças e à forte participação do governo do Estado.

O ABC participou ativamente do processo de industrialização paulista e hoje concentra um avançado parque industrial, movido por uma classe trabalhadora altamente especializada. A Região também possui reservas florestais e importantes mananciais para o abastecimento da Grande São Paulo. Devido ao seu desenvolvimento e por ser uma região economicamente ativa de influência nacional, o ABC fica bastante sensível às variações da economia, exigindo uma ação integrada pelo governo do Estado, as prefeituras e a sociedade civil, que assegure o seu desenvolvimento sustentável e maximize a capacidade de resolver os problemas da Região.

A maioria dos problemas dos municípios do ABC não é individual e sim de todos, por isso a formulação de ações integradas acarretam em menor custo e maior abrangência. Um bom exemplo é a construção de seis piscinões no ABC, com os quais São Caetano do Sul está sendo extremamente beneficiado, apesar de nenhum deles estar dentro de suas fronteiras.

O governo do Estado tem participado ativamente da Câmara do Grande ABC. Tanto a minha presença no Conselho



Divulgação

Deliberativo, como a de secretários e seus representantes na Coordenação Executiva e nos Grupos de Trabalho são importantes para a formulação de ações em conjunto que possam ser viabilizadas.

Através das ações formuladas no âmbito da Câmara, nos anos de 1998 e 1999, o governo do Estado investiu R\$ 90 milhões no ABC, representando quase 20% do que foi investido na Região no período de 1995 a 1999. Dentre as principais ações já executadas, além dos piscinões, destacamos a construção e complementação de trevos no sistema Anchieta-Imigrantes; melhoramentos na Rodovia Índio Tibiriçá; retomada das obras do Hospital Serraria; os Programas de Qualificação e Requalificação Profissional - com destaque para o "Alquimia"; substituição dos trens; ações voltadas para crianças e adolescentes e a construção de seis mil habitações que estarão prontas até o final de 2002.

Outras ações de grande interesse social serão viabilizadas pelo governo do Estado, com destaque para a construção de mais sete piscinões - atendendo a um dos principais pedidos da Câmara; construção do Hospital Regional das Clínicas; implementação do Pólo Tecnológico do ABC; melhoramento do sistema viário, incluindo a extensão do melhoramento da Avenida dos Estados até Mauá; chegada do metrô à Região e a expansão do Pólo Petroquímico.

Também é importante ressaltar as propostas de modernização das micro e pequenas empresas. Não apenas pelo que poderão ajudar na competitividade industrial do ABC, mas pelo efeito que têm na geração e manutenção de postos de trabalho.

A Câmara do Grande ABC surge sob a égide da agilidade e rapidez e é um modelo a ser seguido por outras regiões do Estado de São Paulo.

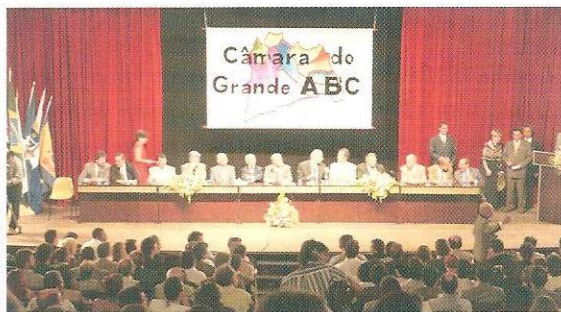
### MÁRIO COVAS

Governador do Estado de São Paulo  
Presidente do Conselho Deliberativo da Câmara

# 10

## Câmara do Grande ABC

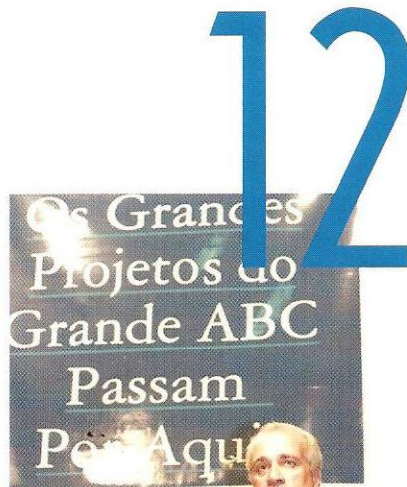
*A história desta experiência inovadora, que reúne poder público e sociedade civil para incrementar o desenvolvimento social e econômico do ABC.*



Rivaldo Gomes

## Agência de Desenvolvimento Econômico ABC

*Criada para dar suporte institucional à Câmara, juntamente com o Consórcio do Grande ABC, a Agência vem com a missão de disseminar as informações socioeconômicas da Região, conduzir as ações de marketing, além de coordenar as ações técnico-financeiras de apoio e fomento às empresas da Região.*



Lopes Jr.

## O primeiro desafio

*Após levantar os problemas da Região e definir ações para solucioná-los, as atividades da Câmara foram direcionadas para a concretização das ações, por meio de fechamento de acordos.*

# 14



Beto Garavello

Redação, Artes e Produção  
MZ COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA.

REDAÇÃO  
Editora  
Helen Ferreira Mouço Morais (MTb 11.482)  
Diretora de Projetos Especiais  
Lígia Alem Marcondes  
Coordenação Geral  
Jorge Fontes Hereda

Colaboradores  
Alexandre Polesi  
Celso Augusto Daniel  
Assessores do Consórcio Intermunicipal do ABC  
Assessorias de Comunicação das Prefeituras do ABC  
Depto. de Marketing do Diário do Grande ABC  
Editor de Fotografia  
Inácio dos Santos Teixeira

Editor de Arte  
Gilberto Maringoni  
Assistente de Arte  
Orleans Farias

MARKETING  
Diretor  
Marco Antônio Gurgel

ADMINISTRAÇÃO  
Diretora  
Neusa Marcondes Donatti  
Assistente  
Brenda Luana de Souza

Redação, Criação e Produção:  
MZ COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA.  
Praça Mons. Francisco Cipullo, 939 - CEP 04728-130 -  
São Paulo - SP - Tel.: 11.5641-8952 - Fax: 11.5642-0032  
E-mail: mzcomunicacao@uol.com.br

A revista Câmara do Grande ABC, é uma publicação da AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC e da CÂMARA DO GRANDE ABC, Rua Laura, 530 - Santo André - SP - Tel.: 11.4992-3011 - Fax: 444-8499 - E-mail: [conabc@uol.com.br](mailto:conabc@uol.com.br).

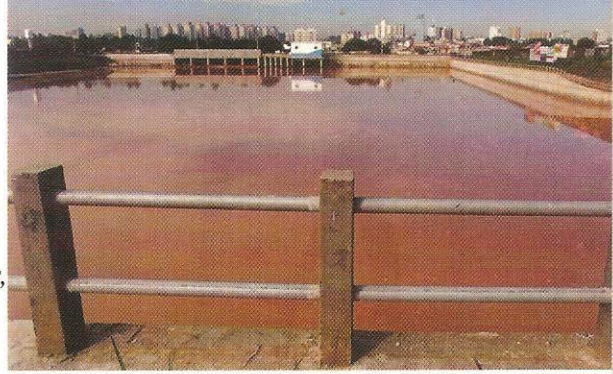
Esta publicação, que foi realizada com apoio do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, Setor de Embaixadas Norte - Quadra 802 - Lote 39 - Conj. F - Brasília - DF - Tel.: 61.3174-2000 - Fax: 61.321-3112 - Site: [www.iadb.org](http://www.iadb.org), será utilizada no processo de Planejamento Regional Estratégico ora em curso na Região do Grande ABC.

Todos os direitos são reservados à Agência do Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Fica proibida a reprodução de qualquer parte desta publicação sem que a fonte seja citada

# 39

## Realizações

*Nesses cerca de três anos de existência, a Câmara fechou dezenas de acordos, os quais deram origem a diversas obras, além de desenvolver o planejamento estratégico para a Região.*



Coperphoto



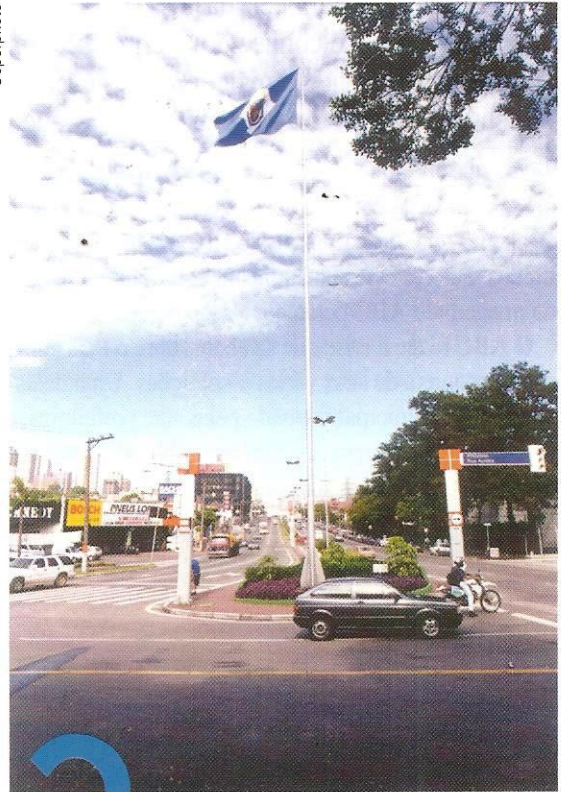
Coperphoto

## Planejamento Estratégico

*Resumo do documento “Grande ABC: Cenário Futuro”, contendo perspectiva de futuro desejado para a Região nos próximos 10 anos.*

# 27

Coperphoto



# 31

## Eixos Estruturantes

*Resumo das ações fundamentais para atingir os objetivos propostos no “Cenário Futuro”.*

Dino P. dos Santos



# 42

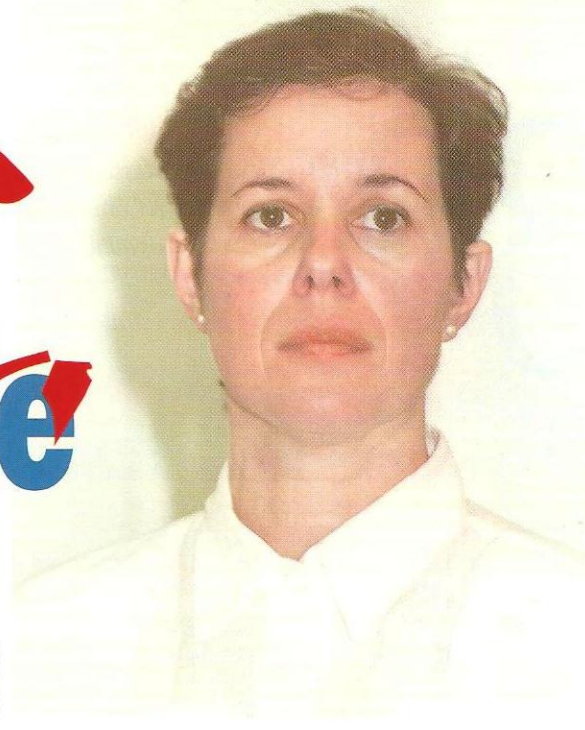
## Próximos Passos

*As próximas ações da Câmara.*

# ABC

## um grande exemplo

Celso Luiz



A REGIÃO DO ABC PODE SER considerada uma das mais privilegiadas do País. Não me refiro aqui a repasses de verbas federais ou estaduais, que, aliás, historicamente têm-se dado em quantidade muito aquém das necessidades e importância da nossa região. Tampouco à pujança econômica, particularmente no setor industrial, pelo qual o ABC é conhecido. Refiro-me, sim, ao poder de mobilização que mais uma vez demonstramos ao encararmos de frente, sem demagogias ou individualismos, os problemas que nos afligem muitos dos quais com origens externas ao nosso ambiente, mas que nem por isso nos mantêm imobilizados.

São questões que afetam diretamente a qualidade de vida de nossa população como as enchentes, a violência, o desemprego, a falta de qualificação profissional e a degradação ambiental e urbana. Fatores esses que também contribuíram para o desgaste da imagem do ABC perante à Nação e potenciais investidores.

O ABC reage à crise que se abate sobre o País com a participação concreta de suas várias instituições. Uma delas é o Consórcio Intermunicipal formado pelas sete prefeituras, que, conjuntamente, procuram resolver os problemas comuns que atingem os municípios. Fundada em 1990, a entidade vem desfrutando de amplo reconhecimento na sociedade e junto às diversas instituições importantes do cenário regional e nacional.

Outra importante instância criada no ABC é a Câmara Regional. Implantada em 1997, é considerada uma iniciativa pioneira no País no sentido de promover o debate e a articulação regional. É um espaço formado pelos poderes públicos municipal e estadual, pela sociedade civil, através do Fórum da Cidadania, por organizações sindicais e empresariais e pelos parlamentares eleitos pela Região. E visa fundamentalmente a construção de acordos que só podem ser viabilizados pelo consenso entre as partes.

Outro organismo de importância significativa é o Subcomitê de Bacias Billings-Tamanduateí, que atua numa face pouco conhecida de nossa região, os 56% do seu território localizado em

áreas de proteção ambiental. Constituído em 1996, este órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, tem, nos últimos anos, participado ativamente na elaboração do Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais da Região Metropolitana e na regulamentação da nova Lei Estadual de Proteção aos Mananciais.

Uma das mais importantes realizações da Câmara é, sem dúvida, a implementação de um processo permanente de Planejamento Estratégico Regional, que tem dado frutos como os aqui apresentados. O ABC hoje representa um exemplo de como a vontade política coletiva pode nos levar a resultados práticos e animadores, oferecendo assim uma vida mais promissora para nossa população. Sabemos que as dificuldades existem, principalmente pelas condições impostas pela nova ordem mundial. Contudo, nos recusamos a cruzar os braços e abaixar a cabeça, pois temos a certeza de que encontramos o caminho correto para superarmos nossas dificuldades. E isso é um grande privilégio.

### **MARIA INÊS SOARES FREIRE**

*Prefeita da Estância Turística de Ribeirão Pires  
Presidente do Consórcio Intermunicipal do ABC  
Coordenadora da Câmara Regional do ABC  
Presidente do Subcomitê Billings-Tamanduateí*

# Enfrentando a crise

O GRANDE ABC, região metropolitana de São Paulo, chega ao ano 2000 como a localidade mais industrializada do Brasil e, por consequência, é onde a crise do capitalismo, neste começo de século, se dá de maneira mais forte.

A forma abrupta como o País se inseriu na nova ordem mundial, sem uma política industrial que garantisse a mudança necessária para que a indústria nacional se tornasse competitiva, aliada à redução de empregos industriais gerada pela reestruturação produtiva, levou a Região a sofrer com a guerra fiscal que se implantou no País e com o desemprego que, segundo o Dieese, chegou ao pico de 23% em setembro de 99.

Coperphoto

Os últimos anos vêm assistindo à intensificação da tomada de consciência de que as pessoas vivem numa região de identidade própria, ou seja, com problemas e possibilidades que não se esgotam em cada um dos sete municípios, mas que exigem ações conjuntas, encampadas, em primeira instância, pelos próprios "atores" locais.

O ABC responde a esse quadro com uma proposta inspirada nas Câmaras Setoriais Automotivas, que no ano de 1995 foi um importante espaço para a construção de acordo do setor. Trata-se da Câmara do Grande ABC, uma experiência considerada inovadora por reconhecer as diferentes visões políticas de sua composição, trabalhando esta característica de forma integrada, sem forçar nenhum representante a perder sua identidade ou sua representatividade, com a principal meta de realizar o planejamento estratégico da Região.

Nos seus cerca de três anos de existência, a Câmara trabalhou para diagnosticar os problemas, sugerir ações para solucioná-los, acumulando diversas realizações, entre elas, a assinatura de 21 acordos, que vão desde obras viárias de macrodrenagem até movimento de alfabetização de jovens e adultos, além de um Planejamento Regional Estratégico para os próximos 10 anos, vislumbrando um cenário do futuro para a Região.

É essa experiência que ora divulgamos com o objetivo de não só prestar contas daquilo que está sendo feito, mas, também, com a esperança de receber novas contribuições, além de atender a uma das recentes recomendações do processo do Planejamento Estratégico Regional, de divulgar o projeto do ABC para que o mesmo ganhe espaço nacional.



# Grande ABC uma região

Apesar da crise, o Grande ABC apresenta índices sócio-econômicos surpreendentemente, o que pode ser um grande trunfo a seu favor para superar esses momentos difíceis. A população de 2,3 milhões de habitantes está distribuída em sete municípios, numa área total de 842km<sup>2</sup>, dos quais 471 km<sup>2</sup> (56% do total) são área de proteção aos mananciais. Por isso, mantém, há 45 anos, o título de Região mais industrializada do Brasil.

Somente no período de 1995 a 1999, empresas estrangeiras e nacionais, de todos os portes e tipos de atividades, injetaram US\$ 5,7 bilhões no Grande ABC, de um total de US\$ 70 bilhões investidos no Estado de São Paulo.

O setor industrial é ainda imbatível na lista de preferências dos investidores. Cerca de 72% do volume de recursos aqui aplicados em 1999 estão neste segmento empresarial.

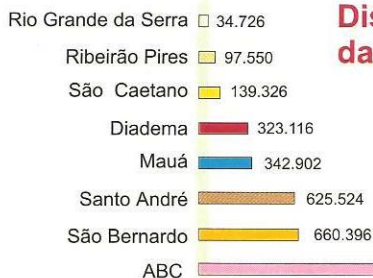
Com isso, a Região, que responde por 13,8% da atividade industrial do Estado de São Paulo e 7% do Brasil, conseguiu ainda manter-se nessa posição relevante, apesar de todas as dificuldades, dentre elas uma de taxa de desemprego de 23% em 1999, segundo pesquisa do Seade. Mesmo assim, a renda per capita do ABC é de US\$ 13,054, equiparável a de países como o Reino Unido e Canadá, o torna o terceiro mercado consumidor do País, atrás apenas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Pode-se perceber claramente que a Região está passando por uma grande transformação no perfil de sua população trabalhadora. Hoje 50,3% de sua mão-de-obra economicamente ativa está no setor de serviços, 24,4% no setor industrial e 16,1% no comércio. Diante desse quadro, a afirmação de que “o Grande ABC é uma região privilegiada” não causa surpresas a ninguém.

## PRODUTO INTERNO BRUTO ABC

|                       | PIB Total<br>(mi US\$) | Participação<br>no PIB BR | Per capita<br>(US\$) |
|-----------------------|------------------------|---------------------------|----------------------|
| SANTO ANDRÉ           | 2.963                  | 0,40%                     | 4.737                |
| SÃO BERNARDO DO CAMPO | 8.171                  | 1,11%                     | 12.373               |
| SÃO CAETANO DO SUL    | 1.850                  | 0,25%                     | 13.278               |
| MAUÁ                  | 1.767                  | 0,24%                     | 5.153                |
| DIADEMA               | 2.684                  | 0,36%                     | 8.307                |
| RIBEIRÃO PIRES        | 403                    | 0,05%                     | 4.131                |
| RIO GRANDE DA SERRA   | 51                     | 0,01%                     | 1.469                |
| REGIÃO DO GRANDE ABC  | 17.889                 | 2,43%                     | 8.043                |

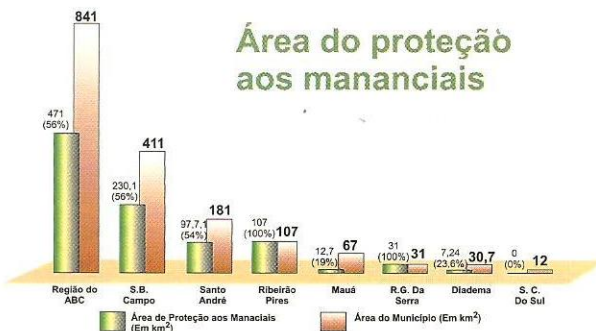
Fonte: SDEE - PMSA



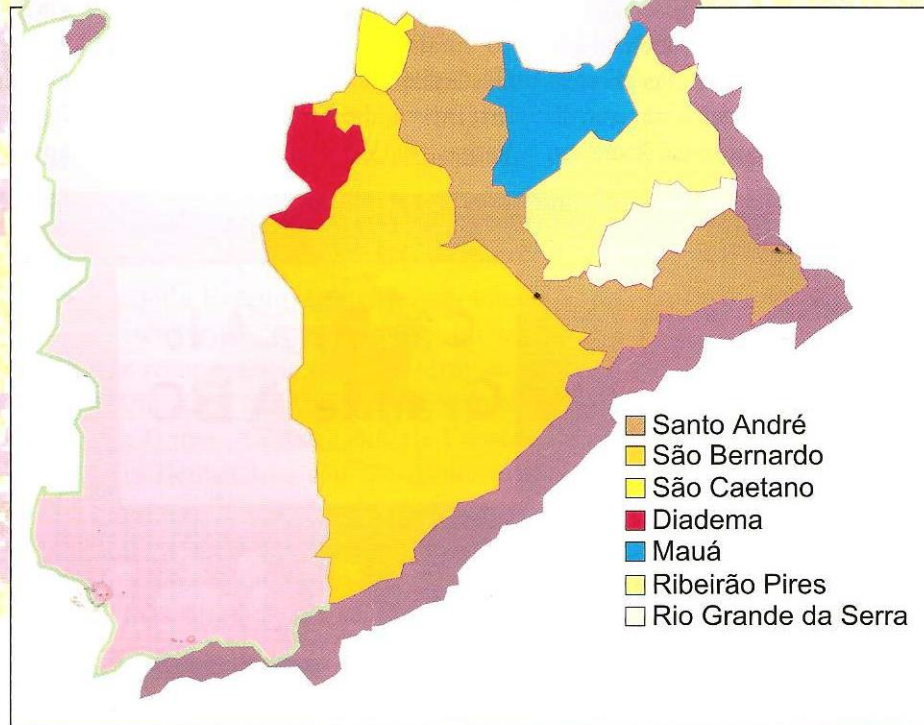
Fonte: IBGE 1996

## Distribuição da população

## Área do proteção aos mananciais



# C privilegiada

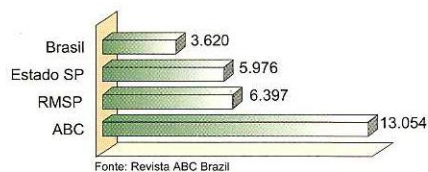


## Participação da atividade industrial do Grande ABC

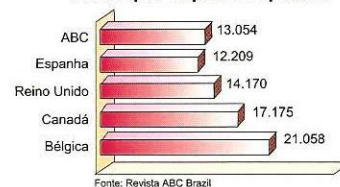
na RMSP ..... 22,8%  
 no estado  
 de SP ..... 13,8%  
 no Brasil ..... 7,0%

Fonte: PIM ( Pesquisa Pensal Industrial) IBGE;  
 SEAD/PAEP 1996

Renda per Capita - US\$



Renda per Capita comparada - US\$





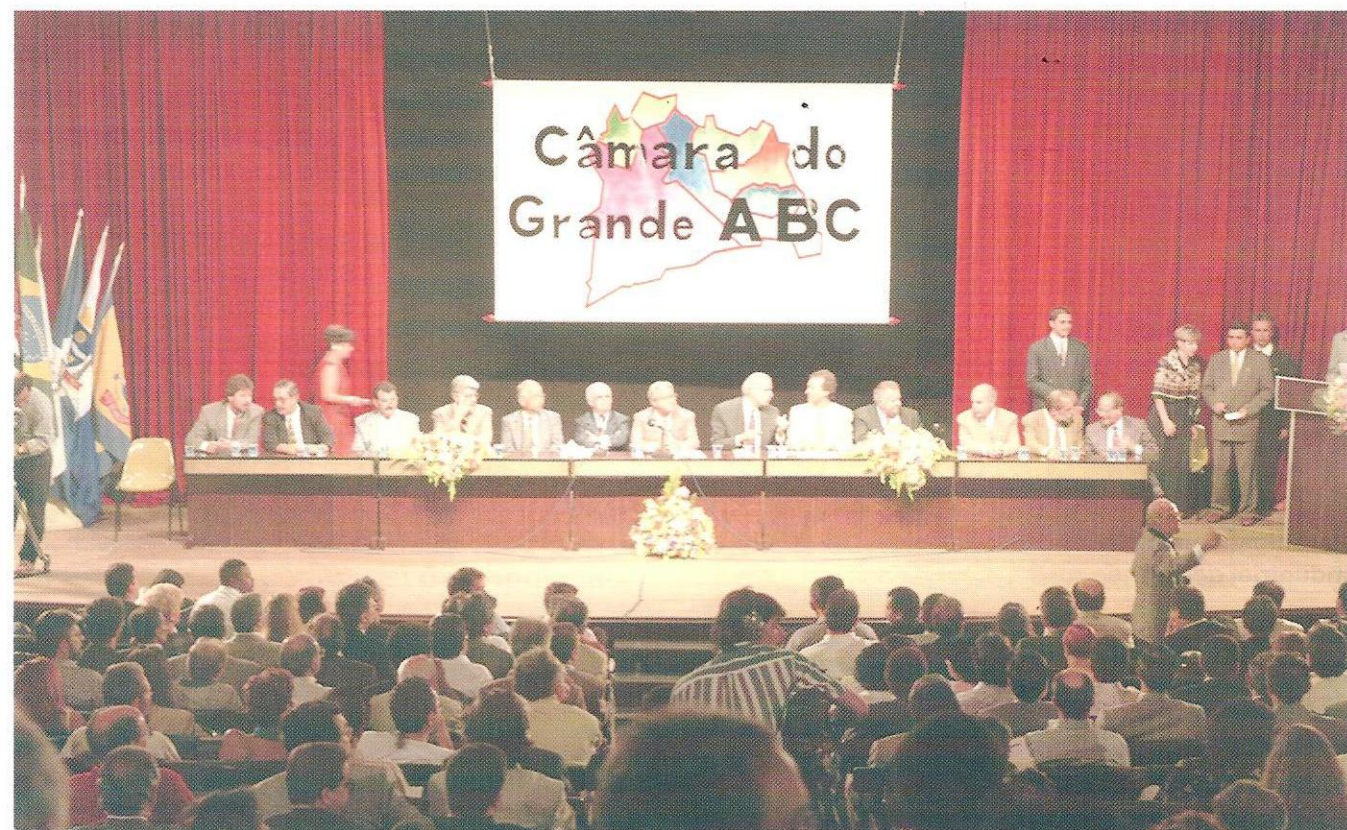
# A Câmara Unidos pelo desenvolvimento

A Câmara reúne num mesmo espaço, poder público (governo do Estado, os sete municípios que constituem o Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e sociedade civil para que juntos realizem um planejamento estratégico, no sentido de equacionar e buscar soluções para a problemática social, econômica, ambiental, físico-territorial, de circulação e de transportes da Região. As prioridades são estabelecidas de acordo com diagnósticos formulados pela Câmara, em

especial, pelos Grupos Temáticos (GTs). A idéia de sua criação foi lançada em 1996 pelo governo de São Paulo, mas a sua efetivação só foi possível no dia 12 de março de 1997, após os novos prefeitos assumirem seus cargos.

A Câmara do Grande ABC é uma experiência considerada inovadora. Sua proposta de gestão pública consensual foi classificada entre os 20 finalistas do prêmio Programa Gestão Pública e Cidadania 1998, de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Ford.

“A Câmara Regional não tenta oprimir a relação capital-trabalho. Ela reconhece as diferentes visões políticas de sua composição, trabalhando esta característica de forma integrada, sem forçar nenhum representante a perder sua identidade ou sua representatividade”, explica o coordenador do programa, Peter Spink, em entrevista ao jornal Diário do Grande ABC. O objetivo da premiação é identificar projetos de iniciativa pública inovadores que apresentam bons resultados.



## CONSTITUIÇÃO

A Câmara do Grande ABC é um órgão que não tem personalidade jurídica, ou seja, não está registrada em cartório e funciona na sede do Consórcio, que garante o apoio administrativo. Seu braço institucional é a Agência de Desenvolvimento Econômico. A Câmara é constituída pelas seguintes instituições e personalidades: Consórcio Intermunicipal Grande ABC, parlamentares (presidentes de Câmaras Municipais locais e deputados estaduais e federais, eleitos pela Região), Fórum da Cidadania – que engloba 102 entidades da sociedade civil –, representantes de empresários (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesps, Associações Comerciais, entre outras) e trabalhadores (sindicatos e associações profissionais).

A operacionalização das atividades ocorre sob orientação de diretrizes emanadas pela Coordenadoria Executiva, órgão definidor do perfil e dos objetivos de cada um dos GTs, integrados por representantes de todos os segmentos envolvidos. A Câmara engloba um grande número de questões de importância regional, cuja implementação não fica a cargo exclusivamente do Executivo. Nas ações dos Grupos Temáticos, os mais diversos “atores” participam, de forma decisiva, tanto na formulação como na respectiva implementação das ações e programas.

## O S BENEFICIADOS

Devido à extensa abrangência das frentes de ações, pode-se dizer que a quase totalidade da população do Grande ABC, estimada em 2,3 milhões de habitantes, é beneficiária, direta ou indiretamente, dos acordos já formalizados e dos trabalhos em andamento. A seleção específica dos beneficiários é decorrente de cada frente de ação e respectivo GT. Sua participação nas atividades e decisões é implícita



Deputados Federais



Deputados Estaduais



Presidentes das Câmaras Municipais

Parlamentares, membros do Conselho Deliberativo da Câmara.

ao próprio fato de que são participantes efetivos da entidade.

Cada Termo de Acordo produzido pelos GTs, e aprovado pela Coordenadoria Executiva, implica em uma determinada distribuição das fontes de recursos. Não há gasto orçamentário anual fixo, pois os integrantes de Grupos, Coordenadoria e Conselho Deliberativo não são remunerados pela Câmara. Os trabalhos de secretaria e assessoria são fornecidos pelo Consórcio do ABC. Estão envolvidas diretamente na operação da Câmara cerca de 760 pessoas.

## ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÃO

### E FUNCIONAMENTO

O Conselho Deliberativo é composto pelos: governador de São Paulo, secretários de Estado envolvidos com as questões regionais, sete prefeitos, presidentes das Câmaras Municipais, deputados estaduais e federais da Região, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cinco representantes das principais

organizações de trabalhadores, cinco representantes das mais significativas organizações do setor econômico e cinco representantes do Fórum da Cidadania do Grande ABC. Cabe ao Conselho Deliberativo aprovar as propostas das ações formuladas pelos grupos temáticos, zelando pela unidade da Câmara.

A Coordenadoria Executiva é composta por representante do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, governo do Estado, um representante do Fórum da Cidadania do Grande ABC, um representante das principais organizações de trabalhadores e outro das organizações de setores econômicos. Cabe à Coordenadoria Executiva gerenciar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos temáticos, viabilizando sua integração, bem como sua divulgação e apoio logístico. As reuniões são realizadas quinzenalmente. Já os grupos temáticos são constituídos de membros indicados pelos participantes da Câmara.

# A agência O suporte institucional



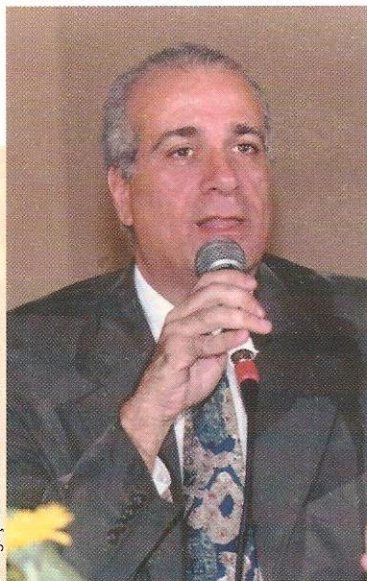
Ato de criação da Agência, em São Bernardo do Campo.

Lopes Jr.

A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC é a concretização de um dos acordos mais importantes da Câmara. Ela foi criada para dar suporte institucional, em

conjunto com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, aos trabalhos coordenados pela Câmara do Grande ABC. Sua criação, portanto, não significa uma concorrên-

cia com as atribuições da Câmara Regional e, sim, uma estrutura de apoio a suas ações, mais voltadas para o fomento e apoio às empresas e negócios do Grande ABC.



Divulgação

**Prefeito de Santo André -  
Celso Daniel, Presidente do Consórcio e  
Coordenador da Câmara em 1997.  
Diretor Geral da Agência de  
Desenvolvimento**

*"O Grande ABC conseguiu criar um novo espaço público onde todos os agentes envolvidos, sem abrir mão de suas características e prerrogativas, realizam um efetivo universo de consenso numa situação de negociação de interesses de soma positiva, na qual todos ganham."*

A agência foi aprovada como a primeira de 31 prioridades da Câmara Regional, no 1º Seminário Geral de Entidades, realizado em 15 de julho de 1997, em São Bernardo. Inicialmente, foi criado um Grupo Temático (GT), coordenado pelo prefeito de Santo André, Celso Daniel, atual diretor-geral da agência, que passou a se reunir para estudar sua implementação. Cerca de três meses depois, no dia 27 de outubro, foi realizada a assembléia de fundação, no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo, após a aprovação nas sete Câmaras de Vereadores dos municípios do projeto de lei que autorizava a participação do Consórcio Intermunicipal. Já na segunda quinzena de dezembro daquele ano foi assinado um convênio de cooperação entre Agência e Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) para contratação de cinco consultores, sendo dois internacionais, para subsidiar o planejamento estratégico regional.

A principal missão da Agência é a de produzir e disseminar as informações socio-econômicas da Região, conduzindo as ações de marketing regional e coordenando as ações técnico-financeiras de apoio e fomento às empresas, visando promover o desenvolvimento econômico e sustentado da Região. O primeiro trabalho nesse sentido já foi publicado, o caderno de pesquisa "A Atividade Econômica nos anos 90 no Grande ABC". Trata-se de uma análise dos primeiros dados quantitativos sistematizados da Pesquisa de Atividade Econômica Paulista (PAEP), baseada em levantamento do Dieese/Seade, solicitado pelo Consórcio, para o Grande ABC. É um trabalho de natureza preliminar que objetiva fundamentalmente estimular o debate em torno de hipóteses e interpretações acerca das transformações ocorridas nas empresas da região na década de 90. Espera-se com isto gerar um debate que contribua com o desenvolvimento de outros trabalhos analíticos que a Agência está preparando.

Os consultores internacionais contratados pelo BID também já contribuíram no processo ora em curso. Allen Scott, por exemplo, sugeriu que a Região promova a constituição de redes de empresas de pequeno porte, que atuariam em sinergia, seguindo o conceito de "clusters".

A Câmara realizou ainda, no ano passado, uma visita de trabalho a duas regiões italianas que contam com agências de desenvolvimento regional (Sesto San Giovanni, próxima a Milão, e Emilia Romagna), com uma delegação composta por representantes de várias prefeituras, de empresários, de sindicalistas e do Fórum da Cidadania.

### **ONG MISTA**

A constituição da Agência de Desenvolvimento é de uma Organização Não-

Governamental (ONG) mista, tendo como associados os agentes que assumirem a garantia de seu custeio. Sua estrutura é constituída por uma Assembléia Geral dos Associados, Diretoria, Conselho Consultivo, Comissão Fiscalizadora e Secretaria Executiva.

Para dar conta de seus três objetivos centrais – implementar o marketing regional, disponibilizar um banco de informações regionais e desenvolver atividades de apoio e fomento a empresas –, foram montados grupos temáticos.

Os associados da Agência são o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, constituídos pelas Prefeituras de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra com 49% de participação; os Centros das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESPs), através das diretorias regionais de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema; Associações Comerciais e Industriais do Grande ABC; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Químicos do ABC, Sindicato dos Bancários do ABC, Sindicato das Costureiras do Grande ABC, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário de São Bernardo e Diadema; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Petroquímica União (PqU), OPP Polietilenos S/A, Solvay do Brasil, Cabot Brasil Indústria e Comércio Ltda., Oxiteno S/A Indústria e Comércio, Polibrasil S/A Indústria e Comércio, e Chevron do Brasil Ltda., que juntos detêm 51% de participação.



**Caderno de pesquisa "Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC"**

# Realizações

## O primeiro desafio

DESDE A CRIAÇÃO da Câmara, tiveram início os trabalhos dos grupos e subgrupos temáticos, definidos em seu regimento interno. Inicialmente, foram criados quatro Grupos Temáticos: Desenvolvimento Econômico e Emprego, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Temas Administrativos e Financeiros, formados por represen-

tantes dos segmentos que a compõe, além de cidadãos interessados. Nos três meses seguintes foram levantados os problemas da Região e sugeridas ações para solucioná-los. Para alargar os debates para além das fronteiras do ABC, agregando experiências mundiais de sucesso e fracasso no desenvolvimento local, a Câmara organizou o Seminário Internacional “O-Grande ABC em Busca de Soluções”, que contou com a presença de especialistas em Desenvolvimento Regional de vários países, dentre os quais a Espanha (Galícia) e EUA (Detroit).



Seminário Internacional “O Grande ABC em Busca de Soluções”

“A Câmara do Grande ABC é um exemplo na elaboração de uma política de desenvolvimento descentralizada e no estabelecimento de um novo padrão de atribuições e responsabilidades entre governos. A Câmara articula os interesses de empresários, trabalhadores e poderes institucionais com absoluto sucesso. O primeiro fruto concreto dessa feliz união é o Planejamento Estratégico Regional.”

Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo - José Aníbal



A partir de um texto preparado previamente por um grupo de trabalho integrado por lideranças que participaram do evento, a oficina debateu e aprovou a Carta da Câmara do Grande ABC, um conjunto de diretrizes estabelecidas consensualmente pelas lideranças locais para o Desenvolvimento Econômico Regional, elaborada com a preocupação de integrar aspectos tratados durante o seminário internacional relevantes para a região.

No final dessa etapa, chegou-se a 100 propostas, das quais foram priorizadas 31, durante seminário técnico realizado nos dias 14 e 15 de junho, na Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo. Esses GTs foram reorganizados, a partir das prioridades, com o objetivo de conseguir acordos para concretizar ações e enfrentar aqueles problemas.



Um dos principais objetivos do Consórcio é o Cde representar o conjunto dos sete municípios consorciados em matéria de interesse comum perante as outras entidades

## Consórcio ABC reúne os sete municípios

*O Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, também conhecido pelos nomes fantasias de Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Consórcio do ABC, foi instalado oficialmente na Câmara Municipal de Santo André, em 19 de dezembro de 1990. É ele que dá todo suporte para o funcionamento da Câmara. Um de seus principais objetivos é o de representar o conjunto dos sete municípios consorciados em matérias de interesse comum perante as outras entidades, além de defender políticas consensuais para o desenvolvimento da Região.*

*A operacionalização das atividades do Consórcio é viabilizada sob a orientação de diretrizes emanadas pelo Conselho de Municípios, órgão soberano, constituído pelos sete prefeitos consorciados, que se reúne uma vez por mês, ou, ocasionalmente, em caráter extraordinário. Esse Conselho elege anualmente um presidente e um vice-presidente. A presidência nomeia um assessor-executivo, que fica incumbido de encaminhar as deliberações, lançando mão da secretaria executiva permanente e de técnicos municipais, que integram equipes setoriais constituídas para a formulação de trabalhos com*

*temas específicos. Quando necessário, são contratados serviços de terceiros. Os prefeitos são representados, para assuntos cotidianos, por assessores especiais, que discutem e deliberam periodicamente acerca de temas do dia-a-dia do Consórcio que se enquadram em seus limites de competência, incluindo o preparo de assuntos a serem discutidos nas reuniões mensais do Conselho de Municípios.*

*A entidade é composta ainda de Conselho Fiscal, formado por membros indicados pelas Câmaras de Vereadores de cada cidade e membros de entidades da sociedade civil.*



Doze acordos foram assinados na 4ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC

## Os primeiros acordos

Os primeiros resultados dos GTs se deram em novembro de 97, na 2ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC, em Diadema, na qual foram assinados nove acordos. Eles incluem, em primeiro lugar, um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da atividade econômica regional com impactos diretos ou indiretos sobre a qualidade de vida da população; a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC; obras de melhoria do sistema viário regional e de combates a enchentes; compromisso do governo estadual com o envio de um projeto de lei à Assembléia Legislativa, com o objetivo de adequar a instalação de atividades industriais em áreas de proteção aos mananciais, e com a criação de um fundo

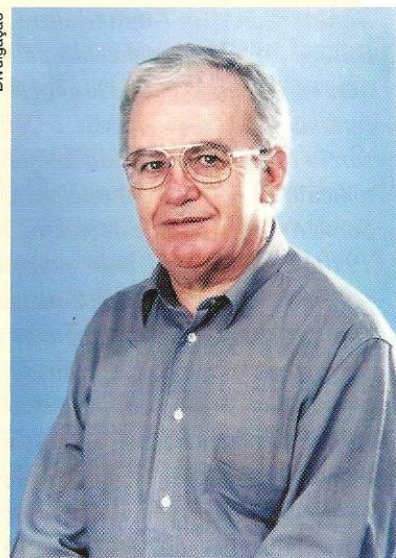
de aval para a captação de recursos para investimentos produtivos voltados às vocações econômicas regionais; coope-

ração técnica para planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas na Região.

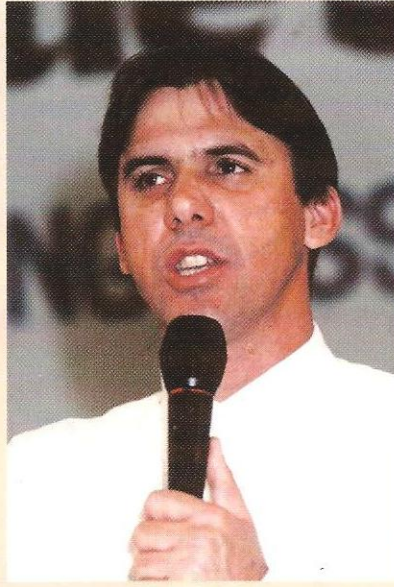
*"A Câmara do Grande ABC é um instrumento valioso de planejamento e de gestão que, na informalidade, viabiliza parcerias e acordos em áreas vitais para a Região e seu desenvolvimento."*

Prefeito de São Bernardo do Campo - Maurício Soares, Presidente do Consórcio Intermunicipal e coordenador da Câmara em 1998 atual coordenador do "Criança: Prioridade 1"

Divulgação



*“Por muitas razões o ABC está entre as regiões mais importantes do País. Abriga o setor automobilístico — carro chefe da nossa industrialização por várias décadas —, gerou um novo movimento sindical, transformou-se no berço do primeiro partido político proposto e organizado por trabalhadores brasileiros, o PT. O mais importante, no entanto, é que os novos desafios do final do século não encontraram a Região de braços cruzados. Ao constituir a Câmara do Grande ABC, nossas lideranças políticas souberam construir o instrumental estratégico que vai permitir à Região redescobrir sua vocação industrial, incentivar novos nichos de investimento na área de serviços e manter sua posição de destaque neste Brasil que vai sobreviver à catástrofe neoliberal e inaugurar um novo milênio.”*



Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC — Luiz Marinho, coordenador do Mova regional

Foram ainda fechados acordos de três iniciativas regionais comprometidas explicitamente com o combate à pobreza e à exclusão social: um plano regional de qualificação profissional; o movimento de alfabetização de jovens e adultos (Mova Regional) e o movimento regional, denominado “Criança: Prioridade 1”, voltado em especial à implementação de ações para o segmento de meninos e meninas em situação de risco social.

Ainda em 97, por iniciativa do Consórcio Intermunicipal foram assinados mais dois acordos no âmbito das prefeituras da Região: de política de incentivos seletivos para manter e atrair novas indústrias e atividades ligadas ao turismo e entretenimento — uma lei aprovada nas sete Câmaras Municipais com a mesma redação que, antes de mais nada, tinha a preocupação de evitar a guerra fiscal no ABC. O outro

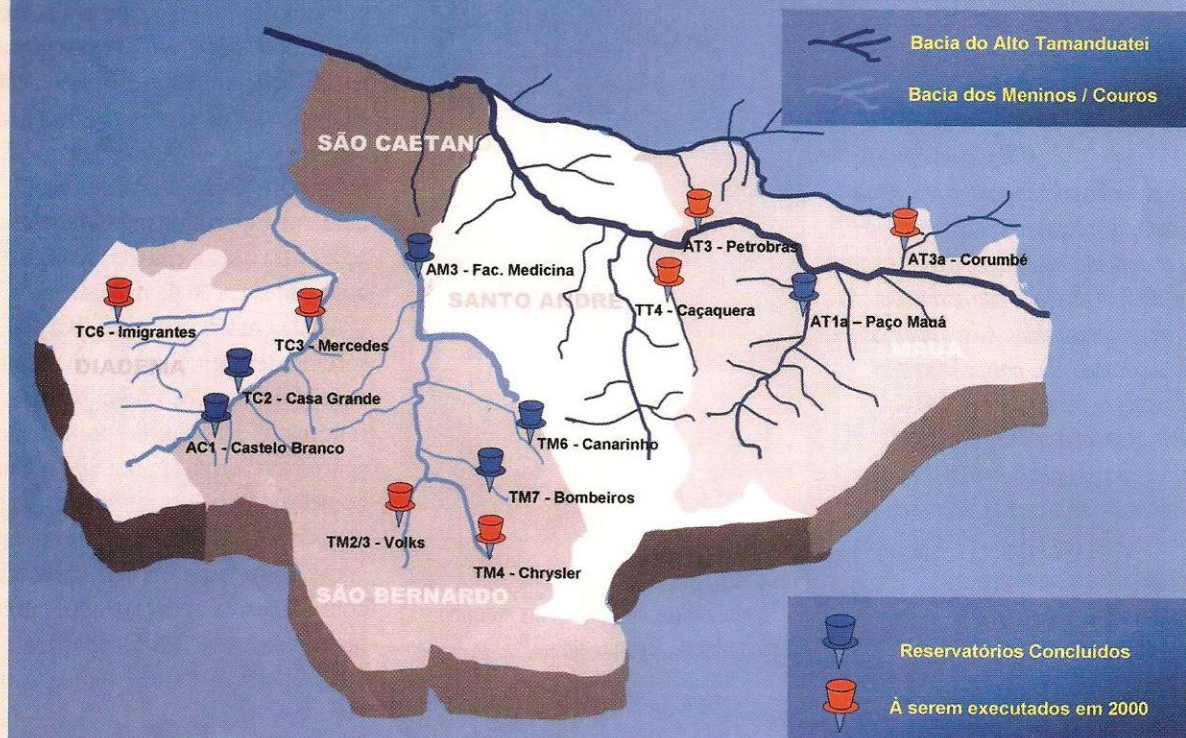
Villian Monteiro



Cerca de duas mil pessoas compareceram ao Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo para o ato de erradicação do analfabetismo na Região



# PROGRAMA DE OBRAS DE MACRODRENAGEM DO GRANDE ABC



Divulgação

*"A Câmara do Grande ABC representa a ação transformadora integrada que faltava no campo da gestão pública, direcionada ao desenvolvimento e ao equacionamento de problemas regionais."*

Prefeito de Rio Grande da Serra - Danilo Franco

acordo, também com o mesmo objetivo, tratava da unificação de parte das alíquotas de ISS dos municípios, que contou com a chancela de seis das sete prefeituras da Região.

Foi concretizada também a construção de seis piscinões, entregues em 1999 pelo governo estadual, em terrenos viabilizados pelas prefeituras. A recuperação da Avenida dos Estados foi realizada e as obras do trevo da Via Anchieta estão em andamento. A alteração na lei de zoneamento industrial em áreas de proteção foi aprovada em 98. Na área de educação, o Mova e "Criança: Prioridade 1" também foram implantados com sucesso, mas sem a participação do governo do Estado. Já a Agência de Desenvolvimento Econômico foi instalada no final de 98.

## SEGUNDA RODADA DE ACORDOS

Durante o ano de 1998, mais doze novos acordos foram firmados em agosto de 98: implantação do pólo tecnológico; Fundo de Aval, tendo a Nossa Cai-

*"O Governo Covas teve a ousadia de se abrir para formas integradas de solução de problemas. Foi assim com a criação de Câmaras Setoriais para a indústria sucro-alcooleira, o setor têxtil, o setor calçadista, o grupo de discussão do setor automobilístico e as Comissões Municipais de Emprego, entre outros. A Câmara do Grande ABC é mais uma face dessa maneira participativa de governar"*

Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo - Walter Barelli



Divulgação

# Fórum da Cidadania do Grande ABC

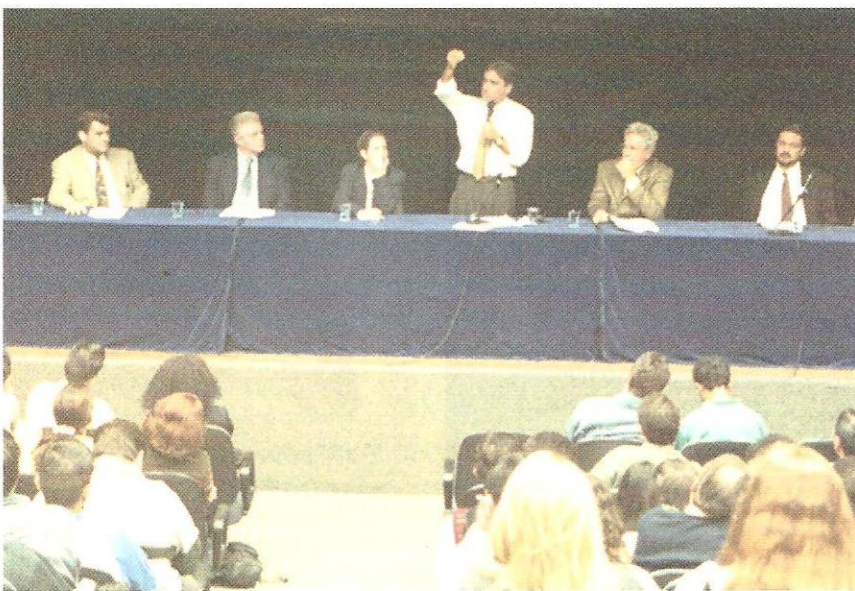
O Fórum da Cidadania do Grande ABC, que tem como missão fazer com que sejam respeitados os direitos de cidadania, teve a sua origem no "Movimento Vote no Grande ABC", que, no ano eleitoral de 1994, teve como objetivo sensibilizar e conclamar a população da região do Grande ABC a aumentar sua representação política na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, votando nos candidatos da região. Como resultado, foram eleitos cinco deputados federais e oito estaduais, a maior representação par-

lamentar já verificada na região.

Cumprida a finalidade, as entidades participantes do movimento, apoiadas por outras entidades representativas da sociedade civil, entenderam que o movimento dever institucionalizar-se. Surge, então, o Fórum da Cidadania do Grande ABC, constituído formalmente no dia 16 de março de 1995. Atualmente, o Fórum conta com cerca de 80 entidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil que, por meio de seus Grupos Temáticos, atuam pro-



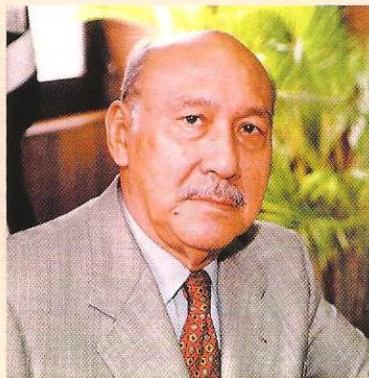
movendo debates, seminários, palestras, encontros e estudos com o objetivo de apresentar às autoridades constituídas, seja nos âmbitos federal, estadual e municipal, e à população em geral, os subsídios que, de alguma forma, possam ajudar na solução dos problemas da Região.



Villian Monteiro

Audiência Pública Comissão de Reforma Tributária do Congresso Nacional

*O Estado tem participado ativamente junto à Câmara do Grande ABC, substituindo um modelo de atendimento de demandas isoladas por outro muito mais eficiente. O interesse e a presença do governador Mário Covas reitera essa participação. Por outro lado, a Câmara do Grande ABC tornou-se um modelo de atuação para o desenvolvimento da Região.*  
Secretário Estadual de Governo e Gestão Estratégica - Antonio Angarita



Divulgação

xa, Nosso Banco como agente financeiro do BNDES; estudos para viabilização do coletor-tronco para efluentes industriais e domiciliares do braço do Rio Grande, da Billings; ampliação dos sistemas de macrodrenagem regional (mais seis piscinões); ampliação da oferta habitacional da Região (construção de 4 mil moradias nos próximos quatro



Celso Luiz

*"A Câmara do Grande ABC é um instrumento fundamental para superarmos os efeitos da crise que assola o País e se manifesta na região. Cabe à sociedade civil um papel preponderante nesse esforço. O Fórum da Cidadania vem procurando fazer a sua parte."*  
Coordenador do Fórum da Cidadania Grande ABC - Carlos Augusto Cesar Cafu



Divulgação

*“A Câmara do Grande ABC foi um passo importante para a integração de vários agentes da Sociedade Civil e do Poder Público em busca do desenvolvimento social, cultural e econômico para a Região. Ela tem que avançar na implantação e consolidação dos trabalhos já, além de permanecer como um fórum permanente de novas idéias e soluções para a Região.”*

Pres. do Sindicato dos Bancários e Financieiros do ABC - Vagner de Castro

anos, além de um programa de regularização fundiária); qualificação de mão-de-obra para o setor petroquímico (projeto Alquimia); ampliação de oferta de emprego no setor de comércio da Região (abertura do comércio aos domingos); revitalização do setor moveleiro; implementação de um novo modelo de gestão para o “Movimento Criança: Prioridade 1”; melhoria do sistema regional de circulação e transporte; melhoria dos trens metropolitanos; melhoria do sistema regional de saúde (retomada das obras do Hospital Serraria, criação do Centro de Manutenção e Reparos de Equipamentos Médico-Hospitalares e constituição de equipe médica de apoio para atuar junto a guarnições de resgate e salvamento na Região).

### Outras realizações

Dentre outras realizações no ano de 99, constam visitas a secretários de Estado recém-empossados para apresentar-lhes a Câmara, seus objetivos e buscar engajá-

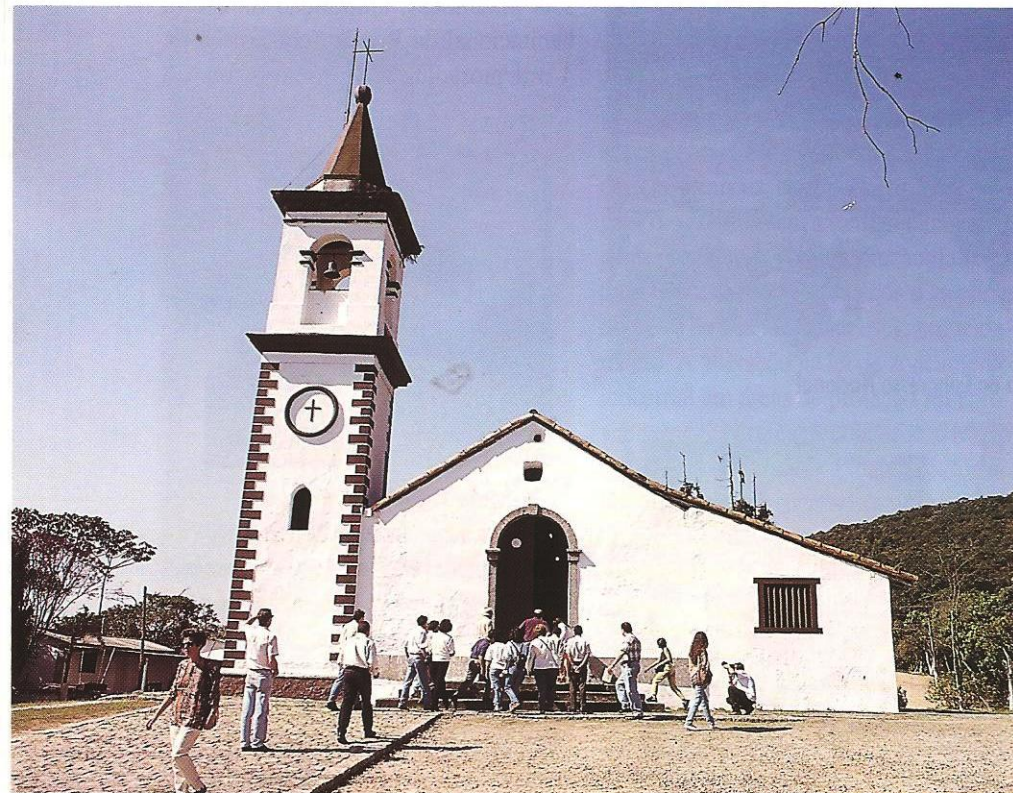
los no processo; duas Audiências Públicas com Comissões do Congresso Nacional, nas quais foram discutidas a Reforma Tributária e a prorrogação do Acordo Emergencial Automotivo e o Plano de Renovação da Frota. Para o incentivo ao Turismo Regional houve o lançamento da Campanha “Grande ABC – Aqui você está com tudo”, em parceria com o jornal Diário do Grande ABC, com o objetivo de incentivar a população a conhecer a Região e identificar as opções de turismo e entretenimento que ela oferece e, também, captar novos investidores e empresários desses mercados. Além da campanha publicitária, está sendo publicado mensalmente, como encarte do jornal, o “Guia do Turista Grande ABC”, que a



Coperphoto

*“O ABC sofre os efeitos de uma crise que tem caráter mundial. Contudo, a maneira cruel como ela se dá na nossa região, em particular sobre os trabalhadores desempregados, é consequência da falta de política industrial e de desenvolvimento no País. Apesar disso, a Câmara Regional demonstra que é possível superar divergências e buscar um futuro melhor, viabilizando propostas com a participação da sociedade organizada. Lamentavelmente, o governo federal ainda não percebeu a importância e o ineditismo do que aqui acontece e, mais uma vez, se mantém ausente.”*  
Presidente da CUT Nacional - Vicente Paulo da Silva

Adauto Rodrigues



Igreja do Pilar em Ribeirão Pires, uma das atrações turísticas da Região



Vista geral da Estância Turística de Ribeirão Pires

Coperphoto

*"A Câmara do Grande ABC nos mostra que a sociedade organizada pode dar respostas a problemas que, muitas vezes, ultrapassam o limite das competências administrativas e dos espaços políticos ou geográficos. Ela tem dado inestimável colaboração à Secretaria dos Transportes no equacionamento de questões que são de interesse de toda população dessa parte da Grande São Paulo."*  
Secretário Estadual dos Transportes  
- Michael Paul Zeitlin



Divulgação

cada edição aborda um tema regional. Ambas iniciativas foram resultados do workshop de Turismo Regional.

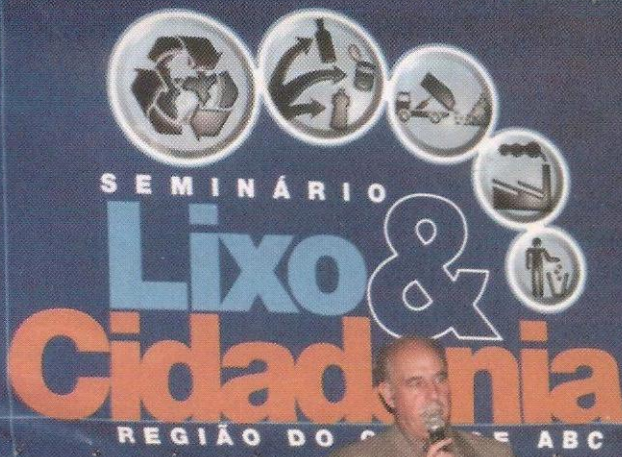
Realizou-se também o Seminário "Lixo e Cidadania", no qual foram discutidos os encaminhamentos das questões relativas ao problema dos resíduos sólidos na Região. No campo da Requalificação Profissional, começam a aparecer os primeiros resultados: a entrega dos primeiros 1.505 diplomas aos alunos do Projeto Alquimia, que visa à requalificação da mão-de-obra no setor de plástico da Região, juntamente com o assinatura de um acordo com 40 empresas, no qual as mesmas se comprometem a contratar, de acordo com as necessidades, os alunos diplomados no projeto.

#### TERCEIRA RODADA DE ACORDOS

A nova rodada de acordos, a ser celebrada em janeiro de 2000, é fruto das discussões do planejamento estratégico, das visitas a secretários de Estado e dos trabalhos dos grupos temáticos, no ano de



*"Houve um tempo em que tentaram responsabilizar os trabalhadores organizados pela imagem negativa da nossa região. Hoje esses trabalhadores demonstram, na prática, com sua atuação na Câmara regional que, na verdade, são um dos pilares da articulação regional, que vai tirar o ABC da crise."*  
Presidente do Sindicatos dos Químicos do ABC - Sérgio Novais



SEMINÁRIO  
**Lixo & Cidadania**  
REGIÃO DO GRANDE ABC

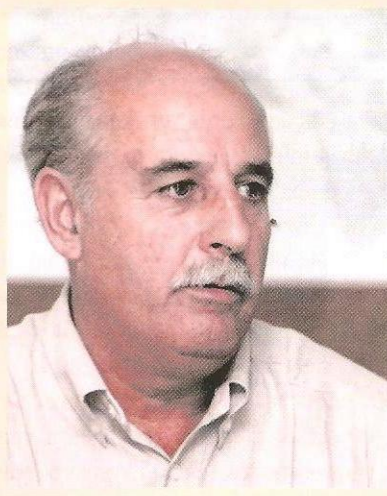


99. Tais acordos envolvem temas como pólo tecnológico, buscando concretizar as primeiras ações práticas; meio ambiente, abrangendo aspectos relativos à fiscalização integrada nas áreas de mananciais, com a participação do governo de Estado, prefeituras e sociedade civil, e a gestão compartilhada do projeto Billings no âmbito de Subcomitês de Bacias. Neste último tema, como resultado do workshop "Lixo e Cidadania", será assinado um acordo entre as setes prefeituras e o governo do Estado visando equacionar a questão dos resíduos sólidos na Região.

Na área dos transportes metropolitanos, será acordado a inclusão do trecho do rodoanel no ABC, entre Ribeirão Pires e a Rodovia Anchieta, na segunda etapa de

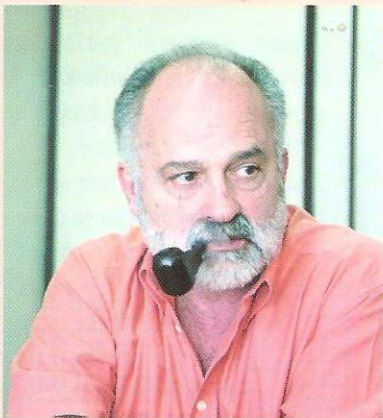
O Seminário Lixo e Cidadania foi realizado para equacionar a questão dos resíduos sólidos

Divulgação



"A Câmara do Grande ABC está cumprindo papel fundamental como um dos organismos que melhor interpreta os anseios e expectativas do ABC Paulista, servindo como principal interlocutor da Região para com as demais esferas de governo. Diversas ações do Governo do Estado, em parceria com os municípios, como os pisciões, qualificação profissional e novos acessos viários, entre outros, são, em grande medida, resultado de um trabalho conjunto e eficiente."  
Prefeito de Mauá - Oswaldo Dias  
Coordenador do Grupo Resíduos Sólidos

Divulgação



*"Uma metrópole como a Região Metropolitana de São Paulo, com a dimensão e a diversidade de problemas que possui, só pode funcionar se houver a participação e a colaboração de representantes dos vários seguimentos da sociedade na busca de soluções, a exemplo do que vem ocorrendo no ABC Paulista.*  
Secretário dos Transportes Metropolitanos -  
Cláudio de Senna Frederico

obras a ser iniciada nos próximos dois anos. Dando continuidade ao Plano de Macrorenagem, está prevista a ampliação do número de pisciões, acordados em 98. A construção do coletor-tronco para afastar os efluentes líquidos industriais e domiciliares da Bacia da Represa Billings, cujo projeto encontra-se em andamento como consequência de acordo anteriormente celebrado, entra nessa rodada com o objetivo de viabilizar a sua construção. Pretende-se, também, firmar um acordo no segmento de segurança

pública entre governo de Estado, prefeituras e sociedade civil para melhorar as condições de vida na Região. A Agência de Desenvolvimento firmará um convênio de cooperação técnica com o Banco Mundial e Agência Habitat da ONU para subsidiar os seus trabalhos.

Uma preocupação presente na assinatura desses novos acordos é a superação da ambigüidade que possa ter acontecido nos primeiros, buscando se afirmar a idéia de acordos como sendo efetivamente compromissos de ação dos tomadores de decisões públicos e privados e, assim, tornando-se um núcleo central de uma postura participativa que sustenta o modelo de desenvolvimento de natureza inclusiva em curso no Grande ABC.

*"A Câmara é uma iniciativa que pode e deve ser transplantada para outras regiões do Estado. É, com certeza, uma forma criativa de se sair de situações difíceis, o que não é "privilégio" do ABC. Esse esforço vai ao encontro daquilo que temos feito a favor do fortalecimento da produção e da preservação de empregos e merece todo o apoio possível, até porque, devemos estimular projetos e programas que explorem as vocações regionais e as vantagens competitivas."*

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo –  
Horácio Lafer Piva

Divulgação



Coperphoto

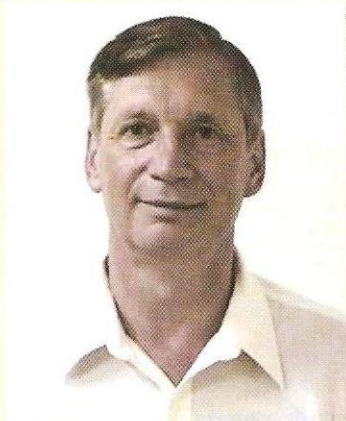


Represa Billings: água para consumo humano

# A nova fase do Planejamento Estratégico Regional

NO FINAL DE 98, na 5ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara, foi feito um balanço e uma avaliação dos trabalhos realizados até aquele momento, tendo sido priorizado o aprimoramento do processo de planejamento regional. Chegou-se à conclusão que para ir além dos acordos possíveis e identificar aqueles que realmente são necessários para efetivar as ações estratégicas, sem contudo interromper os trabalhos dos grupos existentes, era necessário criar um “pano de fundo” que referenciasse as ações propostas, servindo de base para priorização dos trabalhos. Assim, foi criada uma Comissão, composta por

*“Trata-se de uma iniciativa pioneira de gestão integrada, em que os problemas comuns de uma região estão se transformando em soluções criativas e eficazes, e em que a força total do conjunto (inclusive política) tende a ser maior que a soma das forças individuais. O interesse pelo bem-estar da comunidade e da cidadania tem papel preponderante na procura das soluções, o que não impede a visão empresarial de se manifestar e de contribuir. Todos estes pontos tornam este processo uma iniciativa modelar que aumenta a maturidade dos seus integrantes e aprimora a qualidade das soluções.”*



Divulgação

Gerente da Qualidade e Atuação Responsável da Solvay - Arpad Koszka



São Bernardo, Paço Municipal



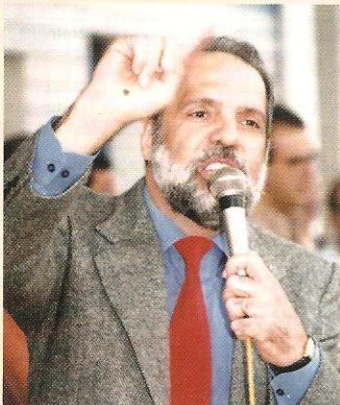
Divulgação

#### Parque do Paço Municipal de Diadema

representantes dos vários segmentos da Câmara do Grande ABC, a qual preparou um documento-diagnóstico sobre a Região, que foi discutido no 1º Workshop de Planejamento Regional, realizado em Ribeirão Pires, no dia 29 de março de 1999.

Na seqüência, a mesma comissão preparou um novo documento intitulado “Grande ABC: cenário futuro”, contendo perspectiva de futuro desejado para

a Região nos próximos 10 anos. Além disso, a comissão definiu alguns agrupamentos temáticos denominados Eixos Estruturantes, contendo ações fundamentais para atingir os objetivos propostos no documento. Na 6ª Reunião do Conselho Deliberativo, essa proposta foi aprovada, dando origem, posteriormente, a sete grupos de trabalhos, cada um dos quais responsável por um Eixo Estruturante.

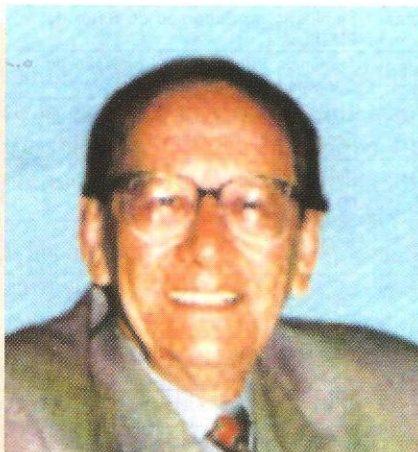


Divulgação

*“As ações da Câmara do Grande ABC em conjunto com a sociedade civil tem nos possibilitado grande avanços e importantes conquistas.*

*Vejo com otimismo o empenho na luta pela reestruturação econômica da Região e, com a nossa capacidade de organização regional em torno da elaboração do planejamento estratégico, estamos dando um grande salto de qualidade para o desenvolvimento sustentável da Região.”*

Prefeito de Diadema – Gilson Menezes



Divulgação

*Prefeito Luiz Tortorello  
São Caetano do Sul, membro  
do Conselho deliberativo  
da Câmara do Grande ABC*



# Cronologia das principais ações da Câmara

| Data                 | Local  | Ação  | Resultado  |
|----------------------|--|---|--|
| 12/3/97              | São Bernardo do Campo                          | 1ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC             | Assinatura do Acordo de Criação da Câmara do Grande ABC  |
| 08 e 09/05/1997      | Santo André                                    | Seminário Internacional "O Grande ABC em Busca de Soluções"             | Conhecer as experiências de outros países no que diz respeito à Desenvolvimento Regional.                    |
| 14 e 15/06/1997      | São Bernardo do Campo - Universidade Metodista | Seminário Técnico   | Analisar as 100 propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho e, dentre elas, encontrar as prioridades     |
| junho a outubro/1997 | Nos sete Municípios                            | Reuniões dos quatro GTs   | Viabilizar os acordos necessários.   |
| 29/09/97             | São Bernardo do Campo                          | Audiência Pública   | Apresentação, por parte do Consórcio Intermunicipal, da minuta da Lei de Incentivos Seletivos.               |
| 3/11/97              | Diadema  | 2ª Reunião do Conselho Administrativo da Câmara do Grande ABC           | Assinatura de nove Acordos.  |
| Agosto a Novembro    | Nos sete Municípios                            | Leis aprovadas nas Câmaras Municipais                                   | Unificação das Alíquotas de ISS  |
| 30/10/1997           | São Bernardo do Campo                          | Movimento Criança Prioridade 1  | Lançamento do projeto  |
| 1998                 | Nos sete Municípios                            | Reuniões de Grupos de Trabalho  | Busca de novos acordos em função da disposição de cada um dos segmentos envolvidos                           |
| 11/5/98              | Mauá   | 3ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC             | Integração de maior número de Secretários de Estado no Conselho Deliberativo                                 |
| 3/3/98               | Rio de Janeiro                                 | Comitiva da Câmara do Grande ABC à sede da Petrobras, no Rio de Janeiro | Ampliação do Pólo Petroquímico de Capuava  |
| 3/6/98               | São Bernardo do Campo                          | MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos                   | Ato de apresentação  |
| 31/08/1998           | São Bernardo do Campo                          | 4ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC             | Assinatura de doze acordos   |
| 27/10/1998           | São Bernardo do Campo                          | Assembléia de Fundação  | Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC   |
| 10 e 11/12/1998      | Ribeirão Pires                                 | Workshop de Turismo Regional  | Planejamento das atividades de turismo e entretenimento  |
| 14/10/1998           | Diadema  | Seminário de Plásticos  | Fortalecer o Setor - envolver empresários  |
| 11/30/98             | São Caetano do Sul                             | 5ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC             | Avaliação dos trabalhos realizados e planejamento das ações para 99 (aprimorar o Planejamento Regional PRE). |
| 12/9/98              | Indústria da Solvay do Brasil                  | Seminário de Fiscalização   | Proposta de modelos para uma fiscalização integrada da APM por Estado e municípios                           |
| 1999                 |  | Membros da Câmara do Grande ABC visitam Secretários de Estado           | Engajar os Secretários recém-empossados nos projetos da Câmara   |
| 20/04/99             | Brasília                                       | Membros da Câmara visitam Ministro do Trabalho e Emprego                | Ampliação dos recursos do FAT para a Região.   |
| 23/03/1999           | São Bernardo do Campo                          | Movimento Criança Prioridade 1  | Posse do Conselho Deliberativo   |
| 08/05/1999           | Sindicato dos Metalúrgicos do ABC              | Seminário do MOVA   | Avaliação do MOVA  |
| 10/5/99              | Diadema-agência do Sebrae                      | Seminário do Subgrupo do Setor de Plásticos                             |  |
| 10/5/99              | São Caetano do Sul - IMES                      | Audiência Pública com Comissão do Congresso Nacional                    | Interferir no processo da Reforma Tributária   |
| 31/06/1999           | Santo André - Câmara Municipal                 | Audiência Pública com a Comissão de Economia do Congresso Nacional      | Prorrogação do Acordo Emergencial Automotivo e Plano de Renovação da Frota                                   |
| 25/08/1999           | Santo André - Câmara Municipal                 | Evento da Câmara do Grande ABC e do jornal Diário do Grande ABC         | Lançamento da Campanha Publicitária "Grande ABC - Aqui Você Tá Com Tudo".                                    |
| 14 e 15/10/1999      | Mauá   | Seminário Lixo e Cidadania  | Avaliação das questões relativas aos encaminhamentos dos resíduos da Região                                  |
| 21/12/1999           | Santo André                                    | Entrega de diploma aos alunos do Projeto Alquimia                       | Foram diplomados 1.505 trabalhadores   |
| Mai/1999             | Itália   | Comissão de Membros da Câmara   | Conhecer as experiências de Desenvolvimento Regional na Região Metropolitana de Milão e de Bologna.          |
| 29/03/1999           | Ribeirão Pires                                 | 1º Workshop de Planejamento Regional                                    | Aprovar diagnóstico da Região.   |
| 02/08/99             | São Bernardo do Campo - Faculdade de Direito   | 6ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC             | Aprovação do documento "Cenário de Futuro Desejado" para o Grande ABC.                                       |



David Rego Jr.

Vista noturna do Paço Municipal de Santo André

# do planejamento estratégico no grande ABC

# Teoria e prática

O PLANEJAMENTO REGIONAL Estratégico do Grande ABC assenta-se no diagnóstico de que a Região, tendo sido o principal eixo de desenvolvimento econômico do País a partir dos anos 50, com a expansão do setor automotivo, apresenta-se, no entanto, como mera periferia da Grande São Paulo quanto à qualidade de vida de sua população, indicadores sociais, urbanismo, política e cultura.

Essa condição periférica se manifestou tanto no desenvolvimento territorial quanto na relação, freqüentemente ambígua, entre as elites locais e a Região. A desvinculação territorial das elites é a tradução do processo de desenvolvimento exógeno inerente às indústrias instaladas no Grande ABC.

O fato de a maioria das decisões econômicas mais importantes ter sido tomada fora da Região, assim como o desenvolvimento externo da pesquisa e das inovações tecnológicas, inibiram tanto o comércio local quanto o florescimento dos espaços e dos serviços públicos, o ambiente intelectual e as práticas políticas.

Nos anos 90, com a evidência de que o modelo nacional-desenvolvimentista de substituição de importações havia se es-

gotado, o Grande ABC enfrentava uma crise em várias frentes e tinha a sensação de que caminhava para a decadência inexorável.

O desemprego em 1998 era de 19,7%, segundo o Seade, uma taxa superior à da Região Metropolitana de São Paulo. O subemprego cresceu 9,7 pontos percentuais de agosto de 1994 a agosto de 1998, segundo o Imes. A ocupação desordenada das áreas de proteção de mananciais (onde está 56% do território regional) punha em primeiro plano a degradação ambiental e o drama da falta de habitação para as famílias de baixa renda. As enchentes periódicas e a violência urbana, ambas aparentemente sem controle, deixavam inseguros a população em geral e os empresários em particular.

A reação a esse estado de coisas veio a partir das iniciativas de um conjunto de instituições já existentes ou que se formaram nos últimos anos e que tiveram a sabedoria de buscar uma plataforma comum, acima de divergências políticas, pessoais ou de classe, para reverter a decadência econômica e a degradação urbana do Grande ABC.

Essas instituições puderam se unir num organismo único – a Câmara Regional do ABC –, do qual participam os prefeitos, o governo do Estado, empresários, sindicalistas e líderes da sociedade civil local.

Esse elenco de lideranças lançou as bases de um processo de “governança regional”, isto é, um esforço coletivo rumo a um novo cenário de desenvolvimento sustentável do Grande ABC.

Tendo caráter ao mesmo tempo deliberativo e executivo, a Câmara do ABC elaborou um Planejamento Regional Estratégico, cujo objetivo é fazer deslanchar, em novas bases, um novo ciclo de desenvolvimento industrial local e, ao mesmo tempo, transformar o Grande ABC num centro urbano de vocação metropolitana e de alta qualidade de vida, voltado para o terciário moderno.

## PLANEJAMENTO

O Planejamento Regional Estratégico leva em conta que os novos requisitos locais para as empresas e a demanda por uma nova cidade – portanto, por uma valorização da idéia de cidadania – dependem não mais apenas do poder público, senão que, principalmente, das instituições da sociedade civil e da sinergia social que ela possa gerar.

Ele levou à elaboração de um “cenário futuro” desejado do Grande ABC, ou seja, a uma visão de como poderia ser a Região – de um conjunto de “eixos estruturantes” – a saber: as pré-condições necessárias para tornar aquele cenário uma realidade, e, por fim, de um programa e de uma estratégia para viabilizar tais eixos.

O Cenário Futuro parte da perspectiva de que o Grande ABC deve ser capaz de estimular, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas tendências industriais, de buscar a expansão do setor de serviços e comércio de alto valor agregado e de manter e renovar o parque industrial já existente.

Portanto, sem abandonar a vocação industrial que foi a razão de ser de seu desenvolvimento passado, a Região deve vislumbrar-se como um dos grandes centros do terciário avançado do Brasil.

Em paralelo, o Planejamento Regional busca resgatar as dívidas social e ambiental contraídas ao longo dos trinta anos de crescimento econômico exógeno centrado no setor automotivo.

O desenvolvimento econômico sustentável é o foco central da estratégia. Seu objetivo é descaracterizar a Região como mera periferia da Grande São Paulo e fazê-la referência nacional em

Divisa dos municípios de Mauá  
e Ribeirão Pires: expansão urbana





Pólo Petroquímico de Capuava, Mauá

termos de qualidade de vida nos centros urbanos brasileiros.

Há, aí, o cálculo social e econômico. A crise de desindustrialização dos anos 80 e 90 aumentou as preocupações dos empresários com o custo das greves e com o preço da mão-de-obra, mas, especialmente, em muitos casos, com o custo da água, com as questões de trânsito e logística, com a segurança e com as enchentes ao longo dos rios que cortam as sete cidades do Grande ABC.

A crise do velho modelo também colocou as empresas diante do dilema de buscar competitividade e inovação tecnológica, sem as quais não mais poderiam prosperar no novo cenário pautado pela abertura da economia brasileira ao exterior, guerra fiscal entre Estados e inflação baixa.

Um dos pilares do Planejamento Regional Estratégico é a criação de um pólo universitário de primeira linha, para produzir reflexão acadêmica sobre a realidade local e os eventos externos que a influenciam, e de um centro de inovação tecnológica capaz de atender às novas demandas das empresas, dos poderes públicos e da sociedade em geral.

Há consenso também de que o Grande ABC tem condições de tornar-se referência na produção e difusão da cultura e no estímulo ao esporte, bem como no desenvolvimento de cadeias produtivas completas nos setores de turismo, lazer e entretenimento.

Para dar suporte a essa estratégia, será imprescindível um conjunto de lideranças políticas locais com credibilidade para apoiar e defender tais metas junto aos governos municipais, estadual e federal, junto à própria sociedade local e até nas instâncias internacionais de crédito e fomento.

## MANTENDO CARACTERÍSTICAS

Está claro, no entanto, que uma estratégia regional de desenvolvimento não se fará com a diluição das características particulares de cada um dos sete municípios do Grande ABC. Ao contrário, o planejamento leva em conta o que pode ser positivo numa identidade regional comum e o que há de específico no perfil e no potencial socioeconômico de cada cidade.

Em qualquer hipótese, no entanto, a estratégia regional não terá efeito prático se não contar com o apoio decidido, permanente e ativo das instituições da sociedade civil e da articulação entre elas — numa perspectiva de empenho permanente no consenso e na negociação entre diferentes segmentos sociais com vistas a atingir objetivos de interesse comum.

É certo que um cenário de desenvolvimento regional sustentável, caracterizado pela ousadia e pela inovação urbanística, só se realizará a partir da valorização e do engajamento da população local aos objetivos propostos.

Essa participação necessariamente se fará pelo reforço dos laços de solidariedade interpessoal dentro da sociedade regional, pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil, pela consolidação de uma cultura democrática e pelo aumento da autoestima da população.

Esse processo deve propiciar o florescimento no Grande ABC de uma “comunidade cívica” apoiada num conjunto de valores fortemente identificados com a história e o patrimônio cultural da Região e com sua prosperidade futura.

O cenário futuro contempla ações estratégicas em quatro áreas: economia, planejamento urbano e ambiental, política e instituições, cidadania.

## ECONOMIA

O estímulo à criação de pólos de prestação de serviço tem por meta caracterizar o Grande ABC como um dos centros do terciário avançado do País e um dos eixos de vanguarda da “cidade global”, que é a Grande São Paulo. Este objetivo será atingido procurando-se o equilíbrio entre os grandes investimentos comerciais e o fortalecimento dos vários centros de comércio tradicional.

Em última instância, quer-se dotar o Grande ABC de um circuito auto-suficiente de consumo, a ponto de dispensar, para todos os segmentos da população, a necessidade de atendimento de suas necessidades e demandas no comércio de fora da Região.

O desenvolvimento do turismo regional aparece, nesse quadro, como um fator decisivo para o florescimento do terciário, especialmente nos municípios impedidos de expandir suas atividades industriais, por estarem em área de proteção de mananciais.

O turismo regional deve ser capaz de capitalizar o notável e extenso patrimônio ambiental da Região, as áreas propícias a práticas esportivas, recreação, etc., e até as iniciativas culturais e competições esportivas que começam a surgir vigorosamente em vários municípios.

A base da estratégia industrial da Região é a renovação e o aperfeiçoamento do patrimônio já existente, com estímulo às sinergias e à complementariedade das cadeias produtivas, a partir das vocações já existentes. Por exemplo, nas indústrias petroquímica, moveleira e de autopeças.

Ao mesmo tempo, o Grande ABC deve facilitar o surgimento de novas tendências industriais, especialmente aquelas associadas à eletrônica embarcada, microeletrônica e produção de equipamentos de preservação ambiental, bem como ao beneficiamento de materiais descartáveis.

## PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL

O planejamento urbano passa a ser entendido como todo o conjunto de programas e ações, que visem o desenvolvimento integral do ambiente urbano regional, colocando-se, portanto, no centro da estratégia de desenvolvimento econômico sustentável.

Isso significa criar um espaço urbano regional que propicie e aumente continuamente a auto-estima da população, que iniba a degradação ambiental, que elimine a percepção de “periferia” versus “centro”, tão característica das relações culturais entre a Região e a cidade de São Paulo, e que, finalmente, assuma o desafio de constituir uma “nova centralidade” no âmbito da Região metropolitana do futuro.

Isso se fará com o desenvolvimento na Região de pesquisa e reflexão universitária sobre questões urbanas e culturais, sobre novas técnicas de saneamento ambiental, sobre arquitetura e urbanismo. E também com iniciativas que ampliem os horizontes culturais e intelectuais da elite universitária, de seus líderes políticos e empresários.

## AÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS

A mudança de paradigmas de desenvolvimento econômico e social impõe a renovação das práticas da representação política regional e municipal, bem como o fortalecimento das associações civis.

Exige também uma nova arquitetura financeira e tributária para os municípios, sem a qual não haverá os recursos necessários aos projetos de desenvolvimento.

O Grande ABC deve também enfrentar o desafio de inscrever seu projeto de recuperação econômica e social na agenda da política nacional. Deve ser capaz de influir e sensibilizar os centros de poder nacional (Congresso e Executivo federal) para o conteúdo inovador desse enfoque.

O planejamento regional, no entanto, estabelece a necessidade de instituições de “governança regional” que vão além das instituições políticas formais hoje existentes. Será preciso defender a criação de uma instância de gestão regional, acima do município e abaixo do Estado, para implementar o plano de desenvolvimento regional.

Em paralelo, as respectivas administrações municipais terão rapidamente de se modernizar e prestar melhores serviços à população. Caberá aos prefeitos e vereadores viabilizar as reformas legais necessárias a tais objetivos.

Por fim, mas não menos importante, esse cenário requer uma reforma política que incorpore em novas bases as câmaras municipais ao debate regional, elimine o clientelismo e o nepotismo e estimule novas formas de representação política.

## COMUNIDADE CIDADÃ

O conceito de “comunidade cívica” pede uma nova visão das relações entre a esfera pública e a privada, também do ponto de vista da sociedade civil. No caso do Grande ABC, isso requer a ultrapassagem nas organizações sociais, das atitudes particularistas, do viés corporativo, da postura defensiva e do pessimismo militante, no que se refere às inovações na ação pública e na prática política.

Requer, de um lado, esforços de oxigenação da representação política com o desestímulo ao clientelismo e o estímulo às soluções consensuais para os problemas comuns. De outro, impõe o fortalecimento da representatividade dos próprios líderes das associações civis, com ampliação da participação dos associados nos temas de interesse comum e na ampliação das noções de cidadania, de diálogo crítico e de espaço público na Região.

Isso significa construir não apenas uma nova estrutura produtiva e um ambiente urbano de características inovadoras, mas também uma nova sociabilidade.



Represa Billings

# Eixos estruturantes Rumo ao futuro desejado

## EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

O primeiro eixo estruturante, “Educação e Tecnologia”, traz considerações de que a Região somente conseguirá manter sua pujança industrial e desenvolver excelência em suas atividades de serviços se iniciar, agora, um processo marcante de aprimoramento de seu sistema educacional e uma verdadeira revolução tecnológica, com o objetivo explícito de fortalecer suas cadeias produtivas de bens e serviços e desencadear novas ações. Para isso, o planejamento prevê a intensificação entre o relacionamento das Secretarias Estadual e Municipais de Educação para o aprimoramento da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, além de fortalecer as atividades visando aumentar o grau de escolaridade de jovens e adultos, além da implementação do Pólo Tecnológico do Grande ABC. A estru-

tura do Pólo será fundamentalmente constituída de Centros Setoriais de Pesquisa e Desenvolvimento, Centros Setoriais de Apoio e Difusão Tecnológica, Cursos de Engenharia, Tecnologia e Técnicos, Incubadoras e Parques Tecnológicos.

## ÁREAS DE MANANCIAIS

O segundo eixo estruturante, “Sustentabilidade das Áreas de Mananciais”, tem como objetivo indicar as áreas de proteção dos mananciais, correspondentes a 56% do território do Grande ABC, como produtoras de água potável, mas, também, como áreas onde seja possível desenvolver outras atividades econômicas compatíveis com sua conservação, que contribuam efetivamente com o esforço que a Região vem desenvolvendo para superar seus problemas.

## ACESSIBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA

Para atingir esse objetivo, foram elencados programas que propõem ações estratégicas para estabelecer e regulamentar alternativas de desenvolvimento coerentes com a sustentabilidade pretendida, como a melhoria da infra-estrutura da Região para, além de garantir a recuperação do passivo ambiental existente, desenvolver mecanismos de compensação financeira, que viabilizem os investimentos necessários. Qualifica como fundamental o equacionamento da questão de habitação nessa área para que se evite ocupações predatórias.

É proposto também a criação, junto à Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, de um banco de dados georreferenciado. Para que o desenvolvimento pretendido seja realmente sustentável, considera-se imprescindível uma adequada legislação ambiental e urbanística aliada a um forte trabalho de sensibilização e educação ambiental, além de uma gestão democrática e compartilhada das ações, principalmente na Bacia da Billings, onde os poderes públicos e sociedade civil venham, dentro de seus limites, somar forças para que os objetivos sejam atingidos.

Por fim, considera-se também muito importante quebrar a dicotomia existente entre o ABC protegido ambientalmente e o restante do território, sendo necessário para isso um ajuste fino entre as ações propostas com as elencadas pelo eixo estruturante de Ambiente Urbano de Qualidade.

O trabalho do terceiro eixo, o de “Acessibilidade e Infra-Estrutura”, tomou como diretriz o que já havia sido aprovado na 6ª Reunião do Conselho Deliberativo da Câmara Regional, em relação aos aspectos infra-estruturais, ou seja, a caracterização da Grande São Paulo como um espaço policêntrico e sede de uma nova cultura urbana e, como tal, deverá assumir o desafio de constituir-se numa nova centralidade, no âmbito da Região Metropolitana do futuro. O planejamento também deverá levar em conta toda a Região, de tal modo que os planos urbano e viário municipais se integrem.

Para que tais metas sejam alcançadas, é proposto a regionalização do planejamento e das operações do tráfego, integrando planos viários municipais ao contexto regional e metropolitano e a uma política abrangente e sólida para o transporte e o armazenamento de carga da Região; transporte de passageiros de qualidade e integrado, através de metrô e trens, ligando o Grande ABC a outros centros da Região Metropolitana; integração do sistema viário regional ao rodoanel voltada às necessidades locais de circulação e transportes.

Sugere-se também medidas eficientes para o combate a enchentes; eficiência nas telecomunicações com nível internacio-

Coperphoto



Rodovia dos Imigrantes, Diadema



Parque Chico Mendes, São Caetano do Sul

nal, compatível com tecnologias inovadoras; além de medidas para o aumento da disponibilidade de energia elétrica e produção de água para fins industriais, a preços competitivos; e a adoção de uma política de saneamento básico que garanta a universalização do abastecimento de água, da coleta e do afastamento dos esgotos doméstico e industrial.

### CADEIAS PRODUTIVAS

As ações desenhadas no quarto eixo estruturante, de “Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas”, para o desenvolvimento regional, partiram de duas vertentes: a de que a discussão acumulada pelos grupos temáticos da Câmara reflete as necessidades para se chegar ao cenário desejado de futuro; e no diagnóstico de que é necessário interferir no processo de reestruturação das cadeias produtivas existentes no Grande ABC e no desenvolvimento de novas cadeias que permitam um crescimento sustentado e dinâmico da economia regional.

O conjunto de ações propostas busca a interação dos agentes locais, mesmo daqueles que não estão diretamente ligados ao processo produtivo, de forma a criar fatores que fortaleçam e

desenvolvam os setores específicos e, ao mesmo tempo, criem vantagens comparativas que sirvam de âncoras à localização das empresas na Região. Coloca-se desse modo, como objetivo do planejamento estratégico regional, não apenas o fortalecimento da atual estrutura industrial, mas, sim, a criação de redes de produção cooperativas (na indústria ou fora dela), com forte descentralização dos processos produtivos, alto índice de inovação tecnológica e, conseqüentemente, alta competitividade e capacidade de crescimento.

### AMBIENTE URBANO DE QUALIDADE

O quinto eixo estruturante “Ambiente Urbano de Qualidade” foi concebido não só como uma série de projetos de infra-estrutura dos municípios da Região, mas como todo o conjunto de programas, ações e decisões políticas voltado ao desenvolvimento integral de um ambiente urbano e à melhoria contínua da qualidade de vida de sua população. Para isso, pretende-se criar um ambiente positivo que associe as condições de desenvolvimento econômico à melhoria contínua da qualidade de vida em geral, por meio de um Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social



### Grupo da Terceira Idade em atividade no Parque Municipal de Ribeirão Pires



que atenda à consolidação e potencialização de novas centralidades; à preservação de patrimônio histórico e cultural; à recuperação ambiental urbana para o conjunto da Região; e à integração das intervenções habitacionais a ações de qualificação do ambiente.

O Plano de Ações delineado objetiva também diminuir as disparidades de desenvolvimento econômico e social do Grande ABC, caminhar rumo à caracterização da Grande São Paulo como um espaço policêntrico e sede de uma nova cultura vivencial, destacando a Gestão Regional como meio de implementar e potencializar as ações regionais com base num observatório de qualidade de vida.

Estão previstos também projetos em áreas centrais das sete cidades (implementação de parques, áreas verdes e vegetação urbana); implantação de marcos referenciais regionais; a recuperação ambiental (combate às enchentes; recuperação dos corpos d'água, manejo sustentável de resíduos sólidos e qualidade do ar); a preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural; e a Gestão Regional.

Estes temas foram agrupados em torno de três programas gerais: Requalificação Urbana com Inclusão Social; Gestão Regional - instituições e recursos estratégicos; e Circulação, acessibilidade e mobilidade. Este último programa foi encaminhado ao Eixo Estruturante 3, bem como ações de interface com os Eixos 2 e 7.

## IDENTIDADE REGIONAL E ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

Os programas propostos pelo sexto eixo "Identidade Regional e Estruturas Institucionais" buscam basicamente ampliar os horizontes da Câmara, fazendo com que a mesma extrapole os limites da

Região, além de torná-la mais próxima dos cidadãos do ABC. Neste sentido, a constituição/identificação da comunidade cívica regional seria uma tarefa fundamental para que cada cidadão sinta-se também responsável pelos destinos da sua Região.

A possibilidade de se concretizar o plano, ora em elaboração, passa pelos recursos, inclusive financeiros, que possam viabilizá-lo para este fim. Nesse sentido, seria muito importante que fossem tomadas medidas na direção da recuperação da capacidade de investimento dos municípios do ABC que, na sua maioria, estão passando por dificuldades concretas, além de se buscar o aperfeiçoamento das bases políticas institucionais da Região. O grupo propõe, ainda, que seja feita uma avaliação do desenho institucional, buscando um aprimoramento das instituições existentes, tornando-as mais operacionais e reconhecidas como espaços privilegiados na busca de consensos. Para tanto, torna-se imprescindível um investimento mais forte no marketing para que o projeto não fique restrito ao ABC e se destaque no cenário nacional com o peso que a Região possui.

Por fim, o programa apresentado pelo grupo trata da questão da modernização administrativa no setor público como uma ação preponderante para melhorar a relação com os municípios, sendo também um dos pilares da democratização da gestão pública.



## INCLUSÃO SOCIAL

O Eixo Estruturante 7, “Inclusão Social”, busca, a partir de uma concepção de caráter intergovernamental, intersetorial e sociedade civil, contemplar as funções de inserção, prevenção e promoção social à população menos privilegiada da Região e desprovida de bens: os analfabetos; os despreparados profissionalmente para as atuais exigências do sistema produtivo; os desempregados, cada vez mais dependentes dos serviços; como também as crianças, os jovens com grande vulnerabilidade à aquisição de padrões de comportamento de risco; portadores de deficiências e idosos, tendo como demanda prioritária o enfrentamento do complexo quadro de exclusões, desigualdades e de vulnerabilidades decorrentes de situações circunstanciais ou conjunturais, manifestadas de diversas formas no País e no ABC.

As diretrizes, programas e ações estratégicas foram delineadas a partir das carências definidas pela própria população da Região, tendo como referência a garantia de direitos de seus cidadãos e considerando a família como núcleo privilegiado de organização. Essas diretrizes abrangem emprego e renda: com um programa de renda mínima, criação de frentes de trabalho, estímulo à cooperativa de trabalhadores e bancos de crédito popular. Apoio à criança e ao adolescente, oferecendo a esse público:

amparo, em especial aos menores em situação de risco social e pessoal; campanhas de orientação para prevenção às drogas; e programas de profissionalização de adolescentes. E apoio à pessoa portadora de deficiência.

Para a área de habitação, são propostos programas de financiamento para edificações populares, urbanização de favelas, programas especiais para habitações e APMs e ampliação da oferta de moradias pela CDHU.

Em termos de segurança, estão previstos: programa regional de segurança pública, capaz de integrar as ações policiais, nos níveis municipal, estadual e federal, com as de caráter social e comunitário; implantação de policiamento comunitário, reforço dos contingentes da Polícia Militar da Região; e melhorias no sistema prisional.

No campo de saúde pública, estão previstos a integração dos serviços de saúde; trabalho conjunto dos municípios no sentido da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da sua gestão plena e, ainda, o estabelecimento da equidade com uma política de financiamento adequada, com a participação efetiva das três esferas de governo, para o funcionamento pleno e de qualidade dos serviços de saúde e hospitais públicos da Região.

# PLANEJAMENTO REGIONAL ESTRATÉGICO (PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS)

## EE1 - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

| PROGRAMAS                                       | SUBPROGRAMAS   |
|---|--|
| IMPLEMENTAÇÃO DO PÓLO TECNOLÓGICO DO GRANDE ABC | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implementação de Centros Setoriais de Pesquisa e Desenvolvimento</li> <li>2. Implementação de Centros Setoriais de Apoio e Difusão Tecnológica</li> </ol>  |
| ENSINO PROFISSIONALIZANTE                       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ensino Técnico</li> <li>2. Qualificação Profissional</li> </ol>  |
| EDUCAÇÃO BÁSICA                                 | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprimoramento contínuo da Educação Infantil</li> <li>2. Aprimoramento contínuo do ensino fundamental</li> <li>3. Reestruturação e Melhoria de Ensino Básico</li> <li>4. Melhoria do nível de escolaridade de jovens e adultos</li> </ol> |

## EE2 - SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS DE MANANCIAIS

| PROGRAMAS  | SUBPROGRAMAS  |
|--|---|
| USO E PROTEÇÃO   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estabelecimento e regulamentação de alternativas para o desenvolvimento sustentável</li> <li>2. Compensações</li> <li>3. Habitação de interesse social</li> <li>4. Marketing</li> <li>5. Criação de banco de dados e SIG</li> </ol> |
| PROJETO BILLINGS   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Remediação e recuperação das áreas contaminadas e/ou degradadas</li> <li>2. Educação ambiental</li> <li>3. Fiscalização, controle e monitoramento ambiental</li> </ol>  |
| ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO / ASSINATURA DE CONVÊNIOS E AJUSTES DE ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Legislação estadual e municipais adequadas à sustentabilidade</li> <li>2. Agência</li> <li>3. Capacitação na gestão ambiental</li> </ol>  |

## EE3 - ACESSIBILIDADE INFRA-ESTRUTURA

| PROGRAMAS                | SUBPROGRAMAS   |
|--------------------------|--|
| TRÁFEGO                  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gestão Integrada;</li> <li>2. Sistema Viário, Circulação, Transporte Coletivo, Carga;</li> <li>3. Transporte Coletivo, Integração dos Sete Centros Urbanos da Região;</li> <li>4. Sistema Viário, Comércio e Turismo</li> <li>5. Proteção Ambiental</li> </ol> |
| DRENAGEM<br>COMUNICAÇÕES | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Macrodrenagem</li> <li>2. Telecomunicações</li> <li>3. Infovias</li> <li>4. Intranets Municipais</li> </ol>  |
| ENERGIA<br>ÁGUA          | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Usinas Termo-Elétricas</li> <li>2. Reuso (Água Industrial)</li> <li>3. Efluentes e Coletor Tronco</li> </ol>   |
| RESÍDUOS SÓLIDOS         | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gestão Integrada</li> <li>2. Qualidade Ambiental</li> <li>3. Reciclagem</li> <li>4. Inclusão Social; Qualidade Ambiental</li> </ol>  |



## EE4 - DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

| PROGRAMAS   | SUBPROGRAMAS  |
|---|---|
| APOIO À INDÚSTRIA PETROQUÍMICA                          | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Expansão da Petroquímica</li> <li>2. Controle de Acidentes</li> </ol>   |
| APOIO À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE RESINAS PLÁSTICAS | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento do Associativismo entre as empresas</li> <li>2. Modernização Produtiva</li> <li>3. Diagnóstico e Informação</li> </ol>   |
| APOIO À INDÚSTRIA MOVELEIRA                             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divulgação e Sensibilização</li> </ol>  |
| FORTALECIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO                       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Infra-estrutura</li> <li>2. Sensibilização</li> <li>3. Divulgação e Marketing</li> <li>4. Serviços</li> </ol>   |
| APOIO AO TURISMO REGIONAL                               | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Infra-Estrutura Básica</li> <li>2. Diagnóstico e Informação</li> <li>3. Sensibilização</li> <li>4. Capacitação e Educação para o Turismo</li> <li>5. Desenvolvimento dos Serviços de Recepção</li> <li>6. Divulgação e Marketing</li> <li>7. Patrimônio Histórico Cultural</li> </ol> |
| APOIO A OUTRAS CADEIAS INDUSTRIAIS                      | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento de outras cadeias produtivas</li> </ol>  |
| GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA                             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise da situação</li> </ol>  |

## EE5 - AMBIENTE URBANO DE QUALIDADE

| PROGRAMAS   | SUBPROGRAMAS   |
|---|--|
| REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Consolidação e potencialização de novas centralidades (Projetos e áreas estratégicas)</li> <li>2. Preservação do patrimônio histórico e cultural do ABC</li> <li>3. Elaboração de Projeto de Recuperação Ambiental Urbana (criação de grupo de trabalho itinerante)</li> <li>4. Habitação integração das intervenções habitacionais às ações de qualificação do ambiente.</li> </ol> |
| GESTÃO REGIONAL: INSTITUIÇÕES E RECURSOS ESTRATÉGICOS | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implementar e potencializar as ações regionais.</li> <li>2. Envolver novos agentes no processo de mudança.</li> <li>3. Implementar instrumentos urbanísticos para viabilizar as ações.</li> </ol>  |

## EE6 - IDENTIDADE REGIONAL E ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

| PROGRAMAS  | SUBPROGRAMAS  |
|--|---|
| CONSTRUÇÃO / CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE CÍVICA REGIONAL  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mobilização da Comunidade</li> </ol>  |
| REDEFINIÇÃO DAS ESTRUTURAS TRIBUTÁRIAS DOS MUNICÍPIOS PARA RECUPERAR SUAS CAPACIDADES DE INVESTIMENTOS | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Política Tributária Municipal</li> <li>2. Política regional de atração de investimentos</li> <li>3. Situação econômica-financeira dos municípios</li> </ol> |
| APERFEIÇOAMENTO DAS BASES POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA REGIÃO   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Câmaras Municipais</li> <li>2. Assembléia Estadual</li> <li>3. Congresso Nacional</li> </ol>  |
| FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS REGIONAIS   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estrutura Existente</li> <li>2. Abrangência da Câmara do Grande ABC</li> </ol>  |
| MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Modernização Administrativa</li> <li>2. Democratização das gestões públicas.</li> </ol>   |



## EE 7 - INCLUSÃO SOCIAL

| PROGRAMAS   | SUBPROGRAMAS  |
|---|---|
| GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA                           | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise da situação</li> <li>2. Qualificação e Requalificação Profissional</li> <li>3. Assessoria técnica, fomento e associativismo</li> <li>4. Proteção Especial</li> </ol>  |
| MOVIMENTO CRIANÇA PRIORIDADE 1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proteção especial</li> <li>2. Construção da rede de serviços local e regional</li> <li>3. Políticas para a juventude</li> <li>4. Medidas Sócio-Educativas ao jovem autor de ato infracional</li> <li>5. Fortalecimento dos Órgãos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - (CT- CMDCA)</li> <li>6. Captação de recursos</li> <li>7. Articulação regional</li> <li>8. Apoio Sócio-familiar</li> <li>9. Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente</li> </ol>   |
| PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA                       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Articulação Regional</li> <li>2. Acessibilidade de edificações, equipamentos e transportes</li> <li>3. Atenção à Saúde</li> <li>4. Educação Inclusiva</li> <li>5. Integração ao Mundo do Trabalho</li> </ol>  |
| ATENÇÃO À POPULAÇÃO IDOSA                             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação da Cultura de valorização do idoso</li> <li>2. Proteção especial</li> <li>3. Área da Saúde</li> </ol>   |
| MULHER  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Combate a violência e atenção à saúde da mulher</li> <li>2. Trabalho Educativo e Preventivo</li> <li>3. Articulação Regional</li> </ol>   |
| MORADOR DE RUA  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proteção Especial e Resgate da Cidadania</li> <li>2. Articulação Regional</li> </ol>  |
| SAÚDE PÚBLICA   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliação, melhoria e fortalecimento do sistema público de Saúde</li> <li>2. Implantação do Hospital Regional de Referência em Especialidades</li> <li>3. Ampliação da Rede Hospitalar Pública</li> <li>4. Oficina Escola Regional de Manutenção de Equipamentos Médicos</li> <li>5. Ampliação e fortalecimento da rede pré-hospitalar (sistema de resgate)</li> <li>6. Ampliação da grade hospitalar para o resgate do Corpo de Bombeiros</li> <li>7. Hemocentro ABC Criação e implantação na região</li> <li>8. Centro de Diagnóstico Regional</li> <li>9. Incrementar o repasse do PAB</li> <li>10. Inclusão na Legislação regional da aplicação de 10%, no mínimo, do orçamento para a saúde</li> <li>11. Regionalização do sistema financeiro</li> <li>12. Fortalecimento da Fundação ABC</li> <li>13. Programa Regional de Saúde Mental</li> <li>14. Programa Regional de Saúde da Família</li> <li>15. Vacinação</li> <li>16. Programa Regional de medicamentos</li> </ol> |
| HABITAÇÃO   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acordo Regional Firmado entre as Prefeituras do Grande ABC / SH / CDHU (Ago/98)</li> <li>2. Banco de Dados de Informação Habitacional para a Região do Grande ABC</li> <li>3. Política de Desenvolvimento Habitacional Vinculada a Estruturação Urbana e Recuperação Ambiental</li> </ol>   |
| SEGURANÇA PÚBLICA                                     | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano de incremento da Polícia Civil</li> <li>2. Plano de incremento da Polícia Militar</li> <li>3. Campanhas Educativas</li> <li>4. Serviços de apoio</li> </ol>   |

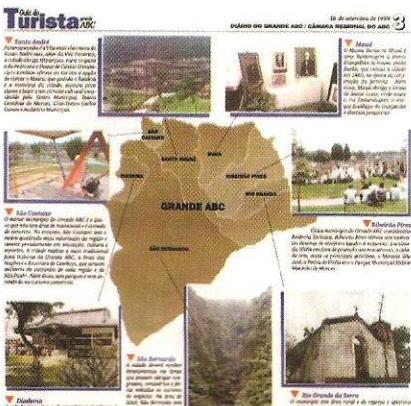
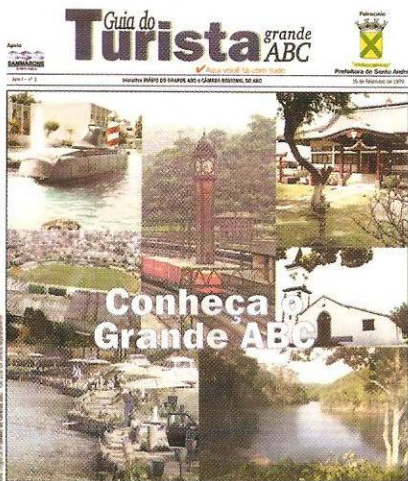
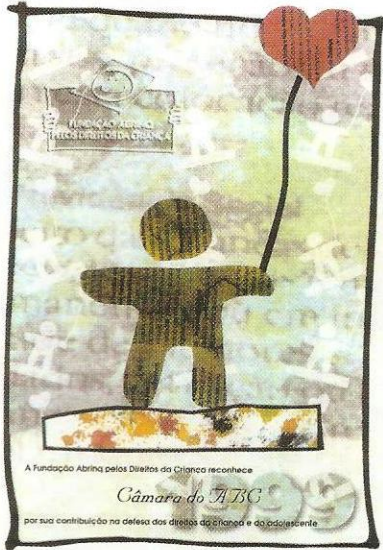


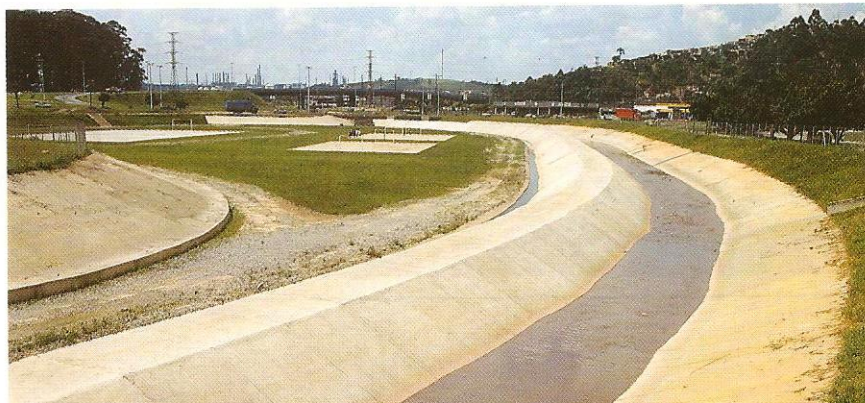
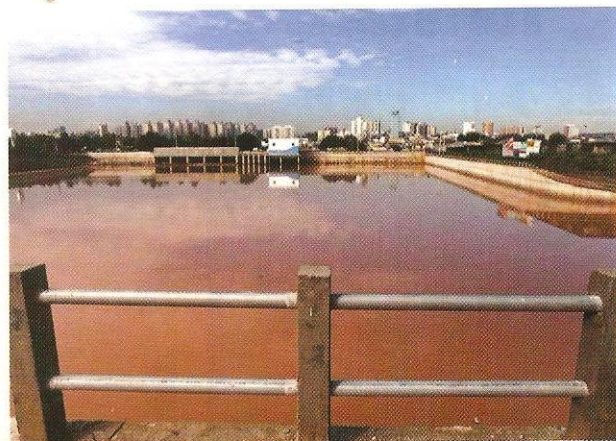
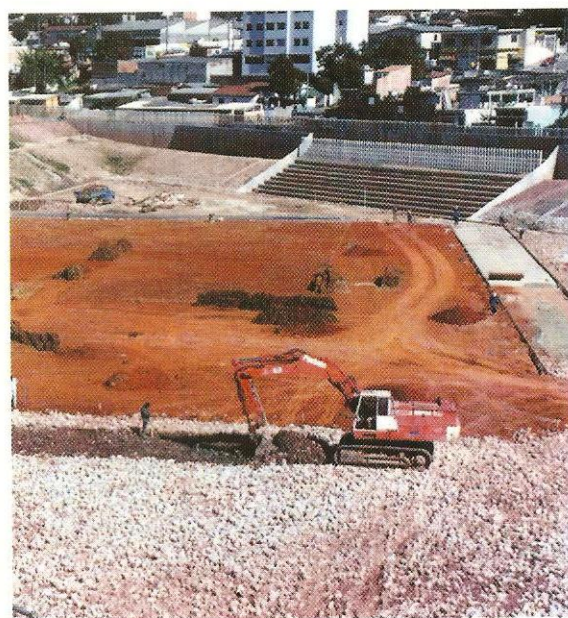
Criança  
Prioridade

1

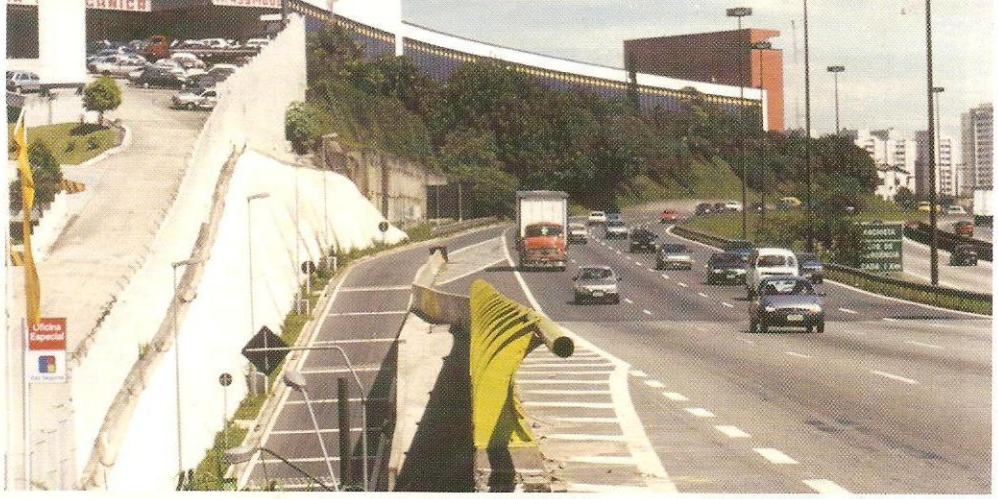
# Já existem Conquistas Concretas

Desde a assinatura dos primeiros acordos do Câmara do Grande ABC, há cerca de 30 meses, algumas realizações merecem destaque. Dentre elas, os 7500 alunos matriculados no MOVA até maio de 1999, que ocupam 406 salas de aulas nos sete municípios. O Projeto Alquimia, que já formou 1505 alunos, tem previsão de formar até o final desse ano mais 2500. As obras do Hospital de Serraria foram retomadas e deverão estar concluídas ainda no primeiro semestre do ano 2000. O Movimento Criança Prioridade 1 recebeu prêmio da Abrinq por suas ações na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Seis piscinões foram concluídos na primeira etapa das obras de macrodrenagem e já estão em processo de licitação mais sete. Já a construção de quatro trevos na Anchieta e as melhorias na SP 31 (Rodovia Índio Tibiriça) facilitaram em muito o tráfego em toda a Região. A campanha "Grande ABC - Aqui Você Tá Com Tudo", de incentivo ao turismo na Região, vem publicando mensalmente o "Guia do Turista no ABC", o qual é encartado no jornal Diário do Grande ABC.





Os piscinões de Mauá,  
Diadema, São Bernardo  
do Campo e Santo André.



Obras de  
complementação de  
quatro trevos na  
Via Anchieta e a  
construção de faixas  
adicionais na  
Rodovia Índio  
Tibirixa.







Estação ferroviária de  
Rio Grande da Serra

# PRÓXIMOS passos

O Planejamento Estratégico para a Região do ABC foi concebido como um processo contínuo e permanente. Por isso, sempre que possível, é preciso estabelecer etapas reconhecendo até onde é viável se chegar naquele momento e seguir implementando o que é factível; ao mesmo tempo, construindo as condições objetivas para no futuro garantir a concretização das ações que estão por ser amadurecidas.

Na atual etapa desse processo, foram incorporados temas até então ausentes do debate regional: o desenvolvimento urbano (vinculado à idéia de fazer do Grande ABC uma centralidade metropolitana e à qualificação dos espaços públicos urbanos em geral) e a busca de tornar a Região uma comunidade cívica, com forte associativismo, cooperação, confiança, etc. (enquanto suporte social para a implementação da estratégia regional). Além disso, reforçou-se a necessidade de elaborar alternativas de desenvolvimento sustentável para a área de proteção ao manancial da Represa Billings.

Esse fato explica os diferentes níveis em que se encontram as discussões por eixo e a variação do número de participantes em

cada etapa. Onde já existia um acúmulo, foi possível avançar até às ações concretas que se encontram maduras para virarem projetos. Nas demais, apontam-se os aspectos que precisam ser aprofundados, numa dinâmica onde se incorpore novos "atores" ainda não envolvidos. Apesar disso, e do fato de que seu produto não é algo acabado — em termos de ações, metas, responsáveis, prazos e recursos —, não pode restar dúvida de que se tratou de um salto de qualidade na reflexão e na sistematização das idéias e propostas para a reconversão econômica e a revitalização urbana da Região.

Os próximos passos serão, dentro do que foi dito, promover o amadurecimento das questões levantadas e a concretização das que já podem virar realizações. Para isso, será preciso, dentre outros aspectos, a obtenção de recursos financeiros, que demandarão um esforço para identificar linhas de financiamentos e também para elaborar propostas que as viabilizem. Serão necessários, ainda, estabelecer "indicadores de resultados", que subsidiem posteriormente o monitoramento das ações.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC



BID  
Banco  
Interamericano  
de Desenvolvimento